

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

---

P. O. Box 3243, Addis Ababa, ETHIOPIA Tel.: Tel: +251-115- 517 700 Fax: +251-115-  
517844 / 5182523  
Website: [www.au.int](http://www.au.int)

---

**CONFERÊNCIA DA UNIÃO**  
**Trigésima Primeira Sessão Ordinária**  
**1 – 2 de Julho de 2018**  
**Nouakchott, MAURITÂNIA**

**Assembly/AU/7(XXXI)**  
Original: Inglês

**RELATÓRIO DO CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA SOBRE AS  
SUAS ACTIVIDADES E A SITUAÇÃO DE PAZ E SEGURANÇA EM  
ÁFRICA**

## **RELATÓRIO DO CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA SOBRE AS SUAS ACTIVIDADES E A SITUAÇÃO DE PAZ E SEGURANÇA EM ÁFRICA**

### **I. INTRODUÇÃO**

1. O presente Relatório do Conselho de Paz e Segurança (CPS) da União Africana (UA) sobre as suas Actividades e o Ponto de Situação de Paz e Segurança em África é apresentado à Conferência da UA nos termos da alínea (q) do Artigo 7º do Protocolo Relativo à Criação do Conselho de Paz e Segurança da UA. O mesmo abrange o período que vai desde a 30ª Sessão Ordinária da Conferência da UA, realizada em Adis Abeba, de 28 a 29 de Janeiro de 2018, até à 31ª Sessão Ordinária da Conferência da União, que se realiza em Nouakchott, Mauritânia, de 1 a 2 de Julho de 2018.

2. O relatório cobre as actividades realizadas pelo CPS durante o período em análise e proporciona uma visão geral do ponto de situação de paz e segurança no continente, no que diz respeito a situações de conflito e de crise, bem como o estado da implementação de várias questões de âmbito continental, no quadro da Arquitectura Africana de Paz e Segurança (APSA).

### **II. ACTIVIDADES DO CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA DA UNIÃO AFRICANA**

3. Durante o período em análise, o CPS prosseguiu os seus esforços para fazer face a situações de conflito e de crise, bem como a questões temáticas de paz e segurança. Além disso, também realizou missões de campo a algumas áreas afectadas por conflitos no continente.

4. Durante o período coberto pelo relatório, o CPS realizou reuniões 34 reuniões que cobriram as seguintes situações: República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Darfur (Sudão), Guiné-Bissau, Mali / Sahel, Somália e Sudão do Sul. O CPS também analisou as actividades da Missão da União Africana na Somália (AMISOM), da Missão Híbrida União Africana / Nações Unidas em Darfur (UNAMID) e da Força Multinacional Conjunta (MNJTF) contra Boko Haram no Comissão da Bacia do Lago Chade (LCBC) e do RCI-LRA. As reuniões também analisaram a evolução da Força Africana em Estado de Alerta (ASF) e o Fundo da UA para a Paz.

5. O CPS também realizou reuniões sobre questões temáticas, nomeadamente a situação das mulheres e crianças em ambientes de conflito em África; a prevenção da ideologia do ódio, crimes de genocídio e de ódio em África; Arranque Definitivo da Agência Humanitária da União Africana (AUHA): Abordagem do Impacto do Terrorismo e dos Conflitos Armados sobre o Tecido Social de África”; Energia Nuclear, Não-Proliferação e Desarmamento: Tratado Internacional sobre a Proibição de Armas Nucleares em África e o Ponto de Situação do Tratado da Zona Africana Livre de Armas Nucleares, Nexo entre Corrupção e a Resolução de Conflitos e as suas implicações para a paz e segurança em África; Plano de Paz e Segurança da África até

o Ano 2023 (Fim do Primeiro Plano Decenal de Implementação da Agenda 2063): Uma Análise Prospectiva dos Desafios de Paz e Segurança; Crise dos Migrantes Africanos: Imperativo para Acelerar a Políticas de Livre Circulação em África; Quadro Continental de Resultados para Monitorização e Apresentação de Relatórios sobre a Implementação da Agenda para a Mulher, Paz e Segurança em África; Ligação entre as Altera es Climáticas e os Conflitos em África e Abordagem das Implica es de Segurança; os Princípios de Protec o de Civis em Zonas de Conflito em África; fluxo ilícito e financiamento de armas em África: fonte de conflitos e impedimentos para silenciar as armas em África; Progresso do Programa de Fronteiras da União Africana 2017-2018; Protec o de Refugiados, Migra o e Direitos Humanos em África. O papel de África na Harmoniza o das Iniciativas e Operacionaliza o da APSA no Sahel; e Segurança e Migra o em África. Em todas as reuniões onde o CPS discutiu assuntos temáticos, os comunicados e as declara es de imprensa foram adoptados e disseminados. Além disso, o CPS trocou opiniões sobre a condu o das suas missões de campo para zonas em situa es de conflito e pós-conflito. Concretamente, durante a sua reunião sobre fluxos e financiamento ilícitos de armas em África, o CPS trocou pontos de vista sobre os esforços africanos para silenciar as armas no âmbito das iniciativas globais de paz em África e como   que a comunidade internacional pode contribuir para estes esforços juntamente com representantes do Conselho de Segurança da ONU baseados em Adis Abeba. Em prepara o da 32  Sessão Ordinária da Conferência da UA, o CPS agendou uma reunião ao nível dos Chefes de Estado e de Governo no dia 30 de Junho de 2018, para analisar a situa o no Sudão do Sul.

6. Durante a sua 761  reunião realizada em 5 de Abril de 2017, o CPS recebeu uma informa o sobre a preven o da ideologia de ódio, de crimes de genocídio e de ódio em África, sobre a comemora o do Genocídio Contra os Tutsi no Ruanda, em 1994, o CPS acolheu a decisão 72/550 da Assembleia Geral da ONU, de 26 de Janeiro de 2018, que designa o dia 7 de Abril de cada ano como Dia Internacional de Reflexão sobre o Genocídio de 1994 contra os Tutsi no Ruanda, e decidiu designar o dia 7 de Abril de cada ano como o Dia da União Africana de Comemora o do Genocídio de 1994 Contra os Tutsi no Ruanda. A este respeito, a Conferência pode, querendo, aprovar a decisão do CPS de *"designar o dia 7 de Abril de cada ano como o Dia da União Africana de Comemora o do Genocídio de 1994 contra os Tutsi no Ruanda"*. A Conferência pode, querendo, aprovar a decisão do CPS de corrigir a nomenclatura do genocídio contra os Tutsi no Ruanda, para passar a ler da seguinte maneira: *"Genocídio de 1994 Contra os Tutsi no Ruanda"*.

7. Além disso, o CPS, na sua 771  reunião realizada em 11 de Maio de 2018, sobre a Crise dos Migrantes Africanos: Imperativo para Acelerar a Política de Livre Circula o em África aprovou a cria o do Observatório Migratório Africano, que se destina a recolher dados, garantir a troca de informa es e fazer coordena o entre os países. Neste sentido, a Conferência pode, querendo, aprovar a decisão do CPS em criar o Observatório Migratório Africano.

8. Durante o período coberto pelo relatório, o CPS realizou três missões de campo. A primeira missão foi realizada conjuntamente pelo CPS e o Comit  Político e de

Segurança da União Europeia (EUPSC) à RCA, de 7 a 9 de Março de 2018, em consonância com os anteriores comunicados conjuntos adoptados pelos dois Órgãos para empreender missões de campo conjuntas para zonas em situação de conflito ou pós-conflito para ter uma opinião vivenciada no terreno e interagir com os intervenientes. Durante esta missão, o CPS foi acompanhado pelo Presidente do Subcomité do CRP para Refugiados e Deslocados Internos (DI) e uma contribuição de 100.000 dólares americanos foi feita para apoiar a satisfação de necessidades básicas dos deslocados internos em Bria. A Missão Conjunta sublinhou que o retorno à ordem constitucional na RCA e o progresso feito até hoje pelo governo e as instituições constitucionais, são os primeiros passos no processo de recuperação, estabilização e construção da paz no país e sublinhou que o apoio que está a ser prestado pela UA e pela UE, em coordenação com a ONU, destina-se ao alcance deste objectivo. Além disso, a Missão Conjunta reafirmou apoio total para a implementação da Iniciativa Africana para Paz e Reconciliação na RCA e o processo de implementação do Roteiro de Libreville e saudou os esforços da UA e do Painel dos Facilitadores com objectivo de flexibilizar o processo de implementação., Ademais, a Missão conjunta realçou o importante papel da região nos esforços para a resolução do conflito na RCA.

**9.** A segunda missão de campo foi realizada à República do Sudão do Sul, de 14 a 18 de Abril de 2018. Durante a missão de campo, o CPS reconheceu os esforços empreendidos por vários actores através de diferentes processos na busca de uma paz duradoura para Sudão do Sul, nomeadamente o Fórum de Revitalização de Alto Nível liderada pela IGAD, o Diálogo Nacional lançado pelo S.E. Presidente Salva Kirr e a reunificação do SPLM actualmente liderada pelo Uganda e Egipto. O CPS exortou a todos os intervenientes envolvidos nesses diferentes processos para harmonizarem e coordenarem os seus esforços com vista a convergir todas as iniciativas visando obter paz e segurança no país.

**10.** E a terceira Missão foi para a República do Sudão, Cartum e Darfur, de 5 a 9 de Maio de 2018. O CPS constatou que havia melhorias do ambiente de segurança desde a sua última visita realizada em Maio de 2017 e saudou o Governo do Sudão pelos esforços envidados para a estabilização de Darfur e sublinhou que a sua maior preocupação era a segurança e protecção do Deslocados Internos no seu relacionamento com o governo. No entanto, o CPS constatou que havia necessidade de abordar questões relativas ao seu retorno, especialmente no que diz respeito ao acesso a terra e enfatizou que o DDPD ainda oferece uma oportunidade para abordar questões da terra no Sudão. O CPS realçou que o Governo, através dos comités residuais da Autoridade Regional de Darfur (DRA), deveria intensificar os seus esforços para resolver a questão da terra, o regresso dos Deslocados Internos, reconciliação, construção da paz e abordagem das causas profundas do conflito em Darfur. O CPS também enfatizou que a retirada da UNAMID e que o processo deve ser conduzido de uma forma gradual, ao mesmo tempo que se garante a protecção de civis não fica comprometida.

**11.** Como parte dos esforços para activar os Órgãos Subsidiários / Subcomités, criados pelo CPS ao abrigo número 5 do Artigo 8º do seu Protocolo, o Comité de

Peritos (CdP) reuniu-se várias vezes para prestar apoio direccionado no âmbito das actividades do CPS, incluindo a discussão sobre como revitalizar o Subcomité do CPS sobre Sanções. O CdP também realizou um *workshop* na Sede das Nações Unidas em Nova Iorque, Estados Unidos da América, onde fez consultas com os Peritos do Conselho de Segurança da ONU em preparação da 12ª Reunião Consultiva Anual Conjunta entre o CPS da UA e o Conselho de Segurança da ONU agendada para meados de Julho de 2018, na qual informalmente concordaram sobre os pontos da agenda. O CdP também teve a oportunidade de se familiarizar com os métodos de trabalho do CSNU, incluindo os seus órgãos subsidiários, em especial o Comité das Nações Unidas sobre Sanções, que ajudará o Comité do CPS a reflectir sobre a forma como o Subcomité do CPS sobre Sanções pode ser operacionalizado.

### III. SITUAÇÃO DE PAZ E SEGURANÇA EM ÁFRICA

#### A. SITUAÇÕES DE CONFLITO E DE CRISE

##### (i) Oceano Índico

12. A situação em **Madagáscar** é caracterizada por uma situação política difícil, na sequência dos pontos de vista divergentes entre o Governo e a oposição malgaxe no que concerne às leis eleitorais votadas em 3 de Abril de 2018 pela Câmara Baixa do Parlamento, e posteriormente pelo Senado, sem tomar em conta as alterações apresentadas pelos partidos da oposição e pelas Organizações da Sociedade Civil. Neste contexto, em 21 de Abril de 2018, os deputados da oposição organizaram manifestações, que foram proibidas pelas autoridades, resultando em violentos confrontos entre os manifestantes e a polícia no centro da cidade de Antananarivo, causando duas mortes e outras pessoas feridas.

13. No âmbito dos esforços da UA para apoiar Madagáscar no reforço da paz, segurança, estabilidade e reconciliação nacional no país, o Presidente da Comissão da UA, Moussa Faki Mahamat, enviou a Antananarivo, de 7 a 11 de Maio de 2018, o Embaixador Ramtane Lamamra, Alto Representante da UA para “Silenciar as Armas”. A missão era continuação da anterior que o mesmo realizou a Madagáscar de 20 a 23 de Novembro de 2017.

14. Durante a sua missão, o Alto Representante, entre outros aspectos, procurou coordenar os seus esforços de mediação com os Enviados Especiais da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), Joaquim Chissano, das Nações Unidas, Abdoulaye Bathily, e do Parlamento União Europeia (UE), Koen Vervaeke, também destacados pelas suas respectivas organizações, bem como com os Embaixadores e representantes de países e organizações membros do Grupo de Apoio Internacional em Madagáscar (GIS-M). **Os enviados da UA, da SADC, das Nações Unidas e da UE** foram recebidos em audiência, em diversas ocasiões, pelo Presidente da República de Madagáscar, Hery Rajaonarimampianina. Eles também mantiveram conversações com os líderes das principais instituições malgaxes, bem como com os ex-presidentes

Didier Ratsiraka, Marc Ravalomanana e Andry Rajoelina e outras personalidades políticas ou religiosas malgaxes.

**15.** Estes intercâmbios levaram a consultas entre os três principais intervenientes malgaxes, nomeadamente o actual Presidente da República de Madagáscar, bem como os antigos Presidentes Marc Ravalomanana e Andry Rajoelina, para negociação e assinatura de um Acordo Político visando garantir a continuação do processo eleitoral e a realização das próximas eleições Presidenciais e Legislativas, de acordo com a Constituição Malgaxe e as leis eleitorais promulgadas pelo Presidente da República em 11 de Maio de 2018, na sequência das decisões do Tribunal Superior Constitucional de 3 de Maio de 2018 em relação a tais leis. A pedido do Presidente Henry Rojalina, o Sr. Lamamra regressou para Antananarivo 27 de Maio a 4 de Junho de 2018 e continuou os seus esforços de mediação que culminaram num consenso político que permitiu a nomeação de um novo Primeiro-Ministro, Chefe de Governo, na pessoa do Sr. Christian Ntsay, e a iminente formação de um novo governo inclusivo para pôr termo à crise.

**16.** Neste contexto, a Conferência enalteceu o Alto Representante para “Silenciar as Armas” por este progresso e solicita o Governo e todos os actores políticos malgaxes a respeitarem as disposições deste acordo e contribuir para a criação de condições favoráveis para organização de eleições pacíficas credíveis. Além disso, a Conferência pode apelar aos parceiros bilaterais e multilaterais de Madagáscar para que prestem apoio efectivo ao processo eleitoral naquele país.

**17.** As **Comores** se encontra numa situação política difícil como resultado das diferenças de pontos de vista entre o Governo e a oposição e uma série de assunto políticos de momento. Incluindo a organização da Assembleia Nacionais de 5 a 12 de Fevereiro de 2018, a suspensão do Tribunal Constitucional e a transferência das suas competências para o Tribunal Supremo por decisões presidenciais de 12 e 13 de Abril de 2018, bem como a decisão do Governo de convocar o eleitorado para 30 de Julho de 2018 decidir, através de um referendo, sobre o Projecto Revisto da Constituição de 23 de Dezembro de 2001.

**18.** Em 18 Fevereiro de 2018, o Presidente da União e os membros do Comité Director de Assembleia Nacional (CPAN) apresentou as principais Conclusões e Recomendações da Assembleia Nacional em Mutsamudu, Anjuan. As mesmas incluem um Projecto da Emenda Constitucional. É importante notar que os chefes executivos das Ilhas autónomas de Anjuan, Grande Comores e Mohéli, deputados e os líderes dos partidos da oposição opõem-se a esta revisão constitucional porque acreditam que ela põe em causa, em particular, a autonomia das Ilhas e todas as conquistas alcançadas no domínio da paz, segurança, estabilidade, a presidência rotativa e reconciliação nacional.

**19.** No âmbito dos esforços da UA para encontrar uma solução para a crise, O Comissário Chergui recebeu, no dia 3 de Maio de 2018, uma delegação da oposição chefiada pelo antigo Vice-Presidente Mohamed Ali Soilihi.. Dentro do mesmo contexto,

o Presidente da Comissão da UA, Moussa Faki Mahamat recebeu, em 2 de Junho de 2018, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional e Francofonia, responsável pela Diáspora, da União das Comores, para discutir os últimos acontecimentos nas Comores. Posteriormente, o Presidente da Comissão enviou o Alto Representante sobre Silenciar as Armas em África, Ramtane Lamamra, aos Comores de 24 a 28 de Maio de 2018 para consultas com as partes interessadas comorianas.

**20.** Neste contexto, a Conferência pode, querendo, reiterar o compromisso da UA para com o Acordo de Famboni e a Constituição Comoriana; instar as autoridades da União a suspender o processo de revisão constitucional e favorecer o diálogo e consultas sobre esta questão e pedir ao Conselho de Paz e Segurança da UA para reassumir a questão comoriana.

## **(ii) Grande Corno de África**

**21.** Durante o período em análise, a situação política, de segurança, económica e humanitária no Sudão do Sul continuou a deteriorar-se com o recrudescimento dos conflitos na maior parte do país. No âmbito do processo de revitalização em curso do Acordo sobre a Resolução do Conflito na República do Sudão do Sul (ARCSS), as partes chegaram a um Acordo sobre a Cessação das Hostilidades, Protecção de Civis e Acesso Humanitário (ACOH) em 21 de Dezembro 2017. A Conferência, através da sua Decisão Assembly/AU/Dec.677 (xxx), adoptada durante a sua última sessão realizada em 30 e 31 de Janeiro de 2018, manifestou a sua profunda preocupação com as repetidas violações daquele Acordo sobre a Cessação das Hostilidades, Protecção de Civis e Acesso Humanitário, e exigiu o cumprimento integral por todas as partes. Apesar deste apelo, o Governo de Transição da Unidade Nacional (TGoNU) e os movimentos armados continuaram os seus combates, causando mais perdas de vidas e deslocamentos. O Mecanismo de Monitorização do Cessar-Fogo e dos Acordos de Segurança e de Transição (CTSAMM) registou violações do Acordo sobre a Cessação das Hostilidades, Protecção de Civis e Acesso Humanitário. Em 8 de Fevereiro de 2018, o Conselho se reuniu e reafirmou a sua determinação de responsabilizar os violadores do Acordo sobre a Cessação das Hostilidades, Protecção de Civis e Acesso Humanitário. Mais uma vez, instou a Comissão da UA para, em consulta com a IGAD, desenvolver e apresentar possíveis medidas punitivas que possam ser aplicadas aos que impedem o processo de paz. Em 26 de Março de 2018, o Conselho de Ministros da IGAD também se reuniu e decidiu, entre outras coisas, referir as violações do Acordo sobre a Cessação das Hostilidades, Protecção de Civis e Acesso Humanitário ao CPS para que fossem aplicadas medidas punitivas apropriadas aos infractores. O Governo de Transição e Unidade Nacional (TGoNU) e o SPLM-IO também foram instados a investigar os infractores e responsabilizá-los, e foram dados um período de 30 dias para apresentar relatório sobre o progresso à IGAD. Na altura da conclusão do presente relatório a IGAD não tinha recebido nenhum relatório das duas partes.

**22.** A fim de expressar solidariedade com o povo do Sudão do Sul e interagir com o TGoNU sobre os desenvolvimentos no país, o Conselho realizou uma missão de campo de 4 a 9 de Abril de 2018, durante a qual fez consultas com o TGoNU e várias

partes interessadas. Posteriormente, realizou a 768ª reunião em 26 de Abril de 2018, durante a qual enalteceu os esforços empreendidos por diversos actores através de diferentes iniciativas na busca de uma paz duradoura no Sudão do Sul, nomeadamente o Fórum de Revitalização de Alto Nível liderado por IGAD, o Diálogo Nacional lançado pelo Presidente Salva Kiir e a reunificação do SPLM actualmente liderada pelo Uganda e Egito e exortou a todos os intervenientes envolvidos nesses diferentes processos para harmonizar e coordenar os esforços com vista a convergir todas as iniciativas em busca da paz e segurança no país. O CPS reiterou ainda a sua prontidão para analisar a toada de medidas necessárias, incluindo sanções, que poderiam garantir a implementação eficaz e eficiente do ACRSS e renovou o seu pedido à Comissão da UA para que apresentasse recomendações sobre possíveis medidas punitivas contra aqueles que impedem a busca da paz. Também solicitou ao Comité *ad hoc* de Alto Nível da UA sobre o Sudão do Sul, ao Presidente da Comissão da UA e ao Alto Representante da UA para o Sudão do Sul para que, com o apoio do Presidente da UA, intensificassem o seu envolvimento com as partes sul sudanesas, em consulta com a IGAD, com vista a aumentar o apoio aos esforços de paz liderados pela IGAD.

**23.** Enquanto isso, o Fórum de Revitalização de Alto Nível (HLRF), liderado pela IGAD, realizou a sua segunda sessão de 5 a 16 de Fevereiro de 2018 e, novamente, de 17 a 23 de Maio de 2018. O Fórum concentrou-se nas questões de governação e segurança no Sudão do Sul. Os mediadores elaboraram uma Proposta Conciliatória com base nos documentos de posicionamento apresentados pelas partes. Em 31 de Maio de 2018, o Conselho de Ministros da IGAD reuniu-se, com a presença do Comissário Smail Chargui, e endossou a Proposta Conciliatória. Os Ministros também concordaram que o Presidente Salva Kiir e o Dr. Reik Machar deveriam realizar uma reunião presencial, na próxima reunião da Cimeira de Chefes de Estado da IGAD então agendada para Junho de 2018. Dadas as persistentes e flagrantes violações do ACOH pelas partes, o Conselho de Ministros também decidiu solicitar a autorização da Cimeira dos Chefes de Estado da IGAD para impor sanções de 2018, para impor medidas punitivas contra os infractores. Subsequentemente, conforme acima mencionado, a Assembleia decidiu que as Repúblicas do Sudão e do Quênia investigassem mais profundamente os relatórios de violações submetidos ao CTSAMM e JMEC e apresentar relatório à próxima cimeira as medidas punitivas adequadas e específicas a serem tomadas.

**24.** A Conferência pode, querendo, enaltecer a IGAD pelos esforços da para revitalizar o Acordo sobre a Resolução do Conflito na República do Sudão do Sul e ajudar as partes a alcançar a paz e a reconciliação. A Conferência também pode, querendo, instar as partes a honrar os seus compromissos, aceitar de boa-fé a proposta recociliatória e reafirmar a sua prontidão à aplicação de medidas punitivas contra aqueles que obstruam os esforços para o alcance da paz e da reconciliação. A Conferência pode, querendo, sublinhar o imperativo de uma permanente estreita coordenação entre a UA, a IGAD e a ONU e, portanto, apelar para a realização de consultas entre o Comité Ad Hoc da UA e a IGAD, para um apoio activo a esta última. A Conferência também pode, querendo, elogiar o Alto Representante da UA para o Sudão do Sul, o Professor Alpha Oumar Konare, e o Presidente da Comissão Conjunta



de Monitoria e Avaliação (JMEC), Sr. Festus Mogae, pelos seus esforços colectivos para a implementação do ARCSS. A Conferência pode, querendo ainda, saudar os esforços contínuos do Presidente Yoweni K. Musseveni do Uganda e Abdel Fattah El-Sisi do Egipto para apoiarmos processo da reunificação do SPLM.

**25.** Entretanto, estes progressos nominais foram feitos nas duas áreas do Nilo Azul e no Kordofan do Sul, no **Sudão**. A cisão dentro do Movimento de Libertação do Povo do Sudão-Norte (SPLM-N) tem complicado ainda mais o processo. Enquanto o governo e os movimentos armados em Darfur continuaram a assinar cessações de hostilidades unilaterais, tem havido relatos de violações destes compromissos. De 2 a 4 de Fevereiro de 2018, o AUHIP convocou os representantes do SPLM-Norte e do Governo do Sudão para continuarem as suas negociações. Lamentavelmente, as partes não conseguiram chegar a nenhum acordo, pois as negociações chegaram a um impasse na questão do acesso humanitário. No entanto, em 4 de Fevereiro de 2018, através de uma declaração conjunta, as partes reiteraram o seu compromisso de alcançar uma paz duradoura e voltarem a se reunir a convite do painel para concluírem as negociações sobre a Cessação das Hostilidades.

**26.** Durante o período abrangido pelo relatório, a situação de segurança em **Darfur** manteve-se relativamente estável, com uma significativa redução dos combates entre o Governo do Sudão e os movimentos armados, bem como nos confrontos intercomunitários, com excepção de algumas partes da região de Jebel Marra, onde durante o mês de Maio de 2018 houve relatos de ocorrência de várias mortes. De 7 a 13 de Abril de 2018, o Comissário para Paz e Segurança, o Embaixador Smail Chergui e o Subsecretário-Geral das Nações Unidas para Manutenção da Paz, o Sr. Jean-Pierre Lacroix, fizeram uma visita a Cartum e Darfur para consultas com o Governo e outras partes interessadas. De igual modo, o CPS realizou uma missão de campo ao Sudão de 5 a 9 de Maio de 2018, para expressar a sua solidariedade com o povo do Sudão, particularmente com a população de Darfur, e para avaliar as actuais tendências de segurança na Operação Híbrida União Africana-Nações Unidas (UNAMID) na área de Darfur. Durante essas duas visitas, as delegações reconheceram a melhoria da situação geral de segurança em comparação com os anos anteriores. As autoridades sudanesas e os líderes dos DI enfatizaram a importância da recuperação imediata e do apoio ao desenvolvimento oriundo do governo e da comunidade internacional. Entretanto, em 18 de Maio de 2018, o Conselho sublinhou a necessidade de uma retirada gradual da missão da UNAMID, exortando o Governo a continuar, através das comissões residuais da Autoridade Regional de Darfur (DRA), e ao mesmo tempo exortando o governo a intensificar os esforços para resolver as questões da terra, retornos dos deslocados internos, reconciliação, construção da paz e abordagem das causas fundamentais do conflito em Darfur. O Conselho instou igualmente o Representante Especial Conjunto a colaborar estreitamente com o Governo do Sudão, a fim de assegurar que haja apoio internacional suficiente para esta importante iniciativa.

**27.** Além disso, uma equipa conjunta de avaliação da União Africana e das Nações Unidas visitou Cartum e Darfur de 2 a 13 de Abril de 2018 e preparou um Relatório

Especial para o Secretário-Geral e o Presidente da Comissão da União Africana, abrangendo o período de 1 de Julho de 2017 a 15 Maio de 2018. O relatório apresentou uma análise do ponto de situação do conflito, descrevendo o actual estado de segurança e os principais factores contribuintes para o conflito em Darfur, a situação política e humanitária, bem como as necessidades de desenvolvimento para evitar a reincidência do conflito. Este relatório, analisado pelo CPS e pelo CSNU em 11 de Junho de 2018, propôs uma abordagem revista para Darfur, que inclui um novo conceito de missão com prioridades ajustadas para a UNAMID, bem como um conceito de transição, em colaboração com a equipa nacional da ONU por um período de dois anos a fim de manter a paz em Darfur.

**28.** A Conferência pode, querendo, saudar tanto o Governo do Sudão como a UNAMID pelos seus esforços de colaboração para resolver a crise de Darfur. A Conferência poderá também, querendo, realçar a necessidade de um processo de redução gradual, tomando em conta a vulnerabilidade das populações locais. A Conferência pode também, querendo, exortar o Governo a continuar, através das comissões residuais da Autoridade Regional de Darfur (DRA), a intensificar os esforços para resolver as questões da terra, dos deslocados internos retornos, reconciliação, construção da paz e abordar as causas fundamentais do conflito sudanês em Darfur.

**29. As relações entre o Sudão e o Sudão do Sul** permanecem estáveis, *albeit* com acusações pontuais de ambos os lados alegando apoio dos movimentos rebeldes armados de um e de outro. Os esforços para implementar o Acordo de Cooperação de Setembro de 2012 continuam, com a assistência do Painel de Alto Nível de Implementação da União Africana sobre o Sudão e o Sudão do Sul (AUHIP). Em 4 de Fevereiro de 2018, o Painel convocou o Mecanismo Conjunto de Segurança Política (JPSM) numa Sessão Extraordinária realizada em Adis Abeba presidida pelo ex-Presidente Abdusalami Abubakar, com a participação de alto nível das Partes ao Mecanismo de Monitoria de Verificação das Fronteiras (JBVMM). O JPSM chegou a decisões importantes para abordar todas as preocupações expressas pelo Conselho de Segurança em relação ao JBVMM e seu trabalho. O Painel continuará a envolver as partes para garantir a plena implementação destas decisões dentro dos prazos determinados, bem como sobre assuntos relacionados a Abyei.

**30.** A Conferência pode, querendo, encorajar a Comissão da UA a continuar a sua interacção com os governos do Sudão e do Sudão do Sul, para ajudá-los a construir dois estados viáveis vivendo pacificamente lado a lado. A Conferência também pode, querendo, instar os dois governos a implementarem os seus compromissos, conforme descrito no Acordo de Cooperação de 2012 e nas decisões subsequentes do Mecanismo Conjunto de Segurança Política (JPSM).

**31.** O Governo Federal da **Somália** (GFS), sob a liderança do Presidente Mohamed Abdullahi Mohamed, perseguiu uma agenda ambiciosa que está a registar importantes etapas políticas e económicas ao mesmo tempo a promover a relativa paz na Somália. A actual relativa paz em todo o país deveu-se à crescente parceria entre a Missão da União Africana na Somália (AMISOM) e as Forças de Segurança da Somália.

Aproveitar a presença da AMISOM na região centro-sul da Somália permitiu que o Governo Federal da Somália construísse sobre o espaço político, incluindo através da consolidação do sistema federal e iniciando reformas políticas essenciais.

**32.** O Roteiro Político do Governo Federal da Somália, que foi aprovado pelo Parlamento em Janeiro de 2018, estabelece etapas e cronogramas específicos para atingir os objectivos antes do fim de 2020. Actualmente, o Governo avança na preparação das eleições universais agendadas para 2020, abordando a conclusão da revisão constitucional com o início de convenção constitucional nacional e consultoria em questões complexas relacionadas à reconciliação política, federalismo e partilha do poder e dos recursos.

**33.** O Governo Federal da Somália começou a concentrar esforços no desenvolvimento de um Plano de Transição realístico, baseado em condições, visando transferir as responsabilidades de segurança da AMISOM para as Forças de Segurança da Somália. Desde Janeiro de 2018, através do Grupo Central de Transição, o Governo Federal da Somália lidera a planificação e a implementação da transição da AMISOM para as Forças de Segurança da Somália. O Plano de Transição foi amplamente bem recebido na Somália, inclusive pelo Conselho de Ministros e pelos Estados Membros Federais (EMF). Foi igualmente aprovado pela 769ª reunião do Conselho de Paz e Segurança, realizada em 30 de Abril de 2018, e pela Reunião de Segurança de Alto Nível sobre a Somália, realizada em Bruxelas, em 2 de Maio de 2018.

**34.** Deve-se notar que os Enviados Especiais, o Sr. Embaixador Ramtane Lamamra, Alto Representante da UA para o Silenciar das Armas, e o Sr. Jean-Marie Guéhenno, ex-Subsecretário-Geral da ONU para Operações de Manutenção da Paz, foram nomeados pelo Presidente da Comissão da UA e o Secretário-Geral das Nações Unidas, respectivamente, para explorar as opções disponíveis para o futuro financiamento da AMISOM, realizaram as suas consultas com várias partes interessadas, de Janeiro a Abril de 2018 e concluíram o seu relatório em 6 de Abril de 2018.

**35.** Nos termos da Resolução 2372 do Conselho de Segurança, a ONU e a UA realizaram a quarta Revisão Conjunta da AMISOM, de 11 a 17 de Maio de 2018, para fazer um balanço do estado da transição até agora, incluindo o desenvolvimento de instituições de segurança somalis. E fazer recomendações sobre a transição progressiva da AMISOM para as forças de segurança somalis, inclusive durante o período eleitoral, tendo em conta as capacidades das forças de segurança somalis.

**36.** A economia da Somália continua no processo de recuperação. Sob a liderança do Primeiro-Ministro Hassan Khaire, o Governo Federal da Somália instituiu um quadro de políticas e medidas facilitadoras, ancorando estas medidas no seu Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para melhorar o desempenho da economia, especialmente o sector financeiro. O PND vem registando progressos significativos, que incluem o desempenho do governo no seu segundo Programa Monitorado pelo FMI (SMP),

garantindo o sucesso, daí a geração de 42 milhões de dólares em receitas internas - uma meta estabelecida pelo FMI, o que abrirá um caminho para o alívio da dívida. Além disso, a cooperação da Somália com outras instituições financeiras internacionais, tais como o Banco Mundial, possibilitou avanços na sua luta contra a corrupção e auxiliou no pagamento regular de salários dos seus funcionários públicos.

**37.** O Governo Federal da Somália tem testemunhado um aumento nas deserções do Al-Shabaab, incluindo desertores das posições ao nível de liderança. Isto ocorre depois das repetidas ofertas do Presidente “Farmaajo” de amnistia aos combatentes do Al-Shabaab que renunciarem as actividades terroristas e abraçarem a paz na sociedade. Devido aos números cada vez crescentes, o Governo Federal da Somália, em consulta com seus Estados Membros Federais (EMF), está a desenvolver uma estrutura para lidar com a possibilidade de deserções em grande escala do al-Shabaab.

**38.** Embora tenha havido progressos notáveis na Somália, o Governo Federal da Somália continua a enfrentar sérios desafios, incluindo o impacto da actual crise do Golfo, uma situação de segurança volátil em algumas partes do país, com o Al-Shabaab tentando explorar o extravasamento da crise do Golfo no país para realizar ataques indiscriminados contra a população, funcionários do governo, trabalhadores internacionais, forças de segurança somalis e pessoal da AMISOM.

**39.** A Conferência pode, querendo, saudar o Plano de Transição da Somália, reafirmar o apoio da UA ao GFS nas suas actividades de implementação da transição e enaltecer os esforços do Presidente da Comissão da UA e do Secretário-Geral das Nações Unidas na exploração das opções de financiamento da AMISOM, através dos respectivos Enviados Especiais, nomeadamente Ramtane Lamamra e Jean-Marie Guéhenno. A Conferência pode ainda, querendo, solicitar ao Conselho de Segurança da ONU que aprove as recomendações do relatório da UA-ONU para o financiamento previsível e sustentável da AMISOM e das Forças de Segurança da Somália durante o período de transição e reiterar o seu apelo à ONU para que a AMISOM e as Forças de Segurança da Somália sejam financiadas de forma previsível e sustentável a partir das contribuições fixas da ONU.

**40.** Houve um raio de esperança nas relações entre a **Etiópia e a Eritreia**, depois do recente anúncio pelo Primeiro-Ministro da República Federal Democrática da Etiópia, S.E. Dr. Abiy Ahmed, segundo o qual o seu governo iria implementar integralmente o Acordo entre o Governo do Estado da Eritreia e o Governo da República Federal Democrática da Etiópia de 2000, também conhecido como o Acordo de Argel, e aceitar a decisão da Comissão Etíope-Eritreia de Fronteira (EEBC). Isto foi seguido pela decisão do Presidente Isaias Asfwerki do Estado da Eritreia, em 20 de Junho de 2018, de enviar uma delegação a Adis Abeba para um engajamento construtivo com a Etiópia. A UA, como um dos Garantes do Acordo de Argel, permaneceu empenhada em promover o diálogo entre os dois países com vista a abordar todas as questões pendentes que culminariam na normalização das relações.

41. A Conferência pode, querendo, elogiar o Governo da República Federal Democrática da Etiópia pelo recente compromisso de implementar o Acordo de Paz de Argel, que assinou com a Eritreia após o fim da guerra entre os dois países e “aceitar integralmente” a decisão da Comissão Etíope-Eritreia de Fronteira (EEBC). A Conferência pode, querendo, elogiar o Presidente Isaias Afwerki do Estado da Eritreia pela acção corajosa que ele tomou para abrir um novo capítulo de cooperação e boa vizinhança. A Conferência insta firmemente o Governo da Eritreia e da Etiópia para, sem demora, criar as condições necessárias para a plena implementação do Acordo de Paz de Argel e a decisão da Comissão Etíope-Eritreia de Fronteira. A Conferência reafirma o seu compromisso de acompanhar as duas partes nos seus esforços para normalizar as relações.

### (iii) Região dos Grandes Lagos

42. Na sua 30ª Sessão Ordinária, a Conferência instou os Estados-membros da UA que possuem as necessárias capacidades logísticas para generosamente disponibilizá-las à **República Democrática do Congo (RDC)** para o sucesso do processo eleitoral. Encorajou a UA, juntamente com a SADC, a Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos e as Nações Unidas para que continuem a unir esforços para um apoio coerente e efectivo no âmbito financeiro, logístico e de segurança à RDC para a organização das eleições. A Conferência expressou também o seu total apoio aos esforços do Presidente da Comissão na orientação das autoridades congolenses, ao mesmo tempo em que instou estas a tomarem medidas destinadas a pôr termo à tensão da vida política. O Workshop de Peritos e a 20ª Reunião do Comité de Apoio Técnico do Mecanismo de Supervisão Regional (ROM), o Acordo Quadro para a Paz, Segurança e Cooperação para a RDC e a Região, organizado conjuntamente pela UA e pelas Nações Unidas, em Addis Abeba, de 26 a 28 de Fevereiro de 2018, para avaliar a implementação do Acordo-Quadro e identificar possíveis medidas susceptíveis de reactivar o processo de supervisão, foi seguido pela 758ª reunião do Conselho de Paz e Segurança em 14 de Março de 2018. O Conselho reafirmou o seu compromisso com a implementação do referido Acordo-Quadro e registou os progressos realizados na preparação das eleições Presidenciais e Legislativas, agendadas para 23 de Dezembro de 2018. O Conselho congratulou-se igualmente com as várias iniciativas tomadas pela SADC, CEEAC, Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos e outros Estados-membros destinadas a apoiar a dinâmica na perspectiva de eleições na RDC.

43. Desde Março de 2018, a situação acalmou-se e parece estar se fortalecendo no país. As altas tensões que prevaleceram entre os meses de Janeiro e Fevereiro de 2018 diminuíram acentuadamente, abrindo espaço para um ambiente geral mais propício ao jogo político.

44. Por outro lado, houve progresso significativo no processo eleitoral, incluindo o fim das operações de registo de eleitores a nível nacional. A Lei sobre a determinação e distribuição de assentos no Parlamento com base nos círculos eleitorais foi adoptado pelo Parlamento e promulgada pelo Presidente da RDC. Entretanto, a auditoria ao

registo eleitoral realizada pela Organização Internacional da Francofonia (OIF), de 6 a 25 de Maio de 2018, revelou que 16,6% dos eleitores, ou seja, 6.640.000 eleitores, foram registados sem impressões digitais, enquanto a Comissão Nacional Eleitoral Independente (CENI) já tinha eliminado 6,8 milhões de eleitores durante a operação de duplicação. Além disso, surgiu uma controvérsia sobre a máquina de votação introduzida pela CENI, mas rejeitada pela oposição. No entanto, a CENI continua a insistir no uso desta máquina, que, na sua opinião, é um elemento de racionalização do processo eleitoral sem a qual seria forçada a adiar as eleições para Abril de 2019. Por outro lado, a taxa de desembolso pelo Governo do Orçamento para a organização dessas eleições, sem contribuição externa, está a conhecer atrasos que poderão ter impacto nos prazos estabelecidos para as várias fases preparatórias das eleições.

**45.** No que diz respeito à situação de segurança, os relatórios apresentados regularmente pela MONUSCO reflectem uma situação complexa que poderá ter impacto real na organização das próximas eleições, devido ao discurso político mantido por alguns grupos armados nacionais. Estes relatórios apontam para ciclos recorrentes e novos de conflitos e violência perpetrados por grupos armados nacionais e estrangeiros, o aumento da violência intercomunitário, actos de violência levados a cabo por algumas milícias em algumas regiões do país, bem como a deterioração da situação humanitária que atingiu proporções catastróficas em certas áreas do país. O número de congolezes deslocados internos teria duplicado, chegando a 4,49 milhões. Por outro lado, o número congolezes que fogem do país é estimado em cerca de 714.000. Pelo menos 13,1 milhões de congolezes precisam de assistência humanitária, dos quais mais de 7,7 milhões estão em situação de grave insegurança alimentar. É neste contexto humanitário alarmante que uma eclosão de febre do Ébola foi relatada em Bikoro, Província do Equador, em 8 de Maio de 2018. Em 31 de Maio de 2018, 58 casos já se tinham registado, tendo originado 27 óbitos.

**46.** Neste contexto, a Conferência pode, querendo, enaltecer os esforços significativos das autoridades congolezas, da CENI, da SADC, da ICGLR, da CEEAC e de outros Estados-membros da UA e das Nações Unidas aplicados nos preparativos para a organização das próximas eleições. Deveria reiterar o seu apelo para a mobilização do apoio necessário dos Estados-membros para o sucesso das eleições Presidenciais e Legislativas de Dezembro de 2018 no Congo. A Conferência pode também, querendo, encorajar os actores políticos e sociais congolezes a favorecer os compromissos políticos, a fim de preservar esta dinâmica conducente a corridas eleitorais pacíficas. Neste contexto, pode, querendo, pedir à CENI para que tome as medidas necessárias para operacionalizar a equipa de Peritos Eleitorais enviada pela UA e pelos parceiros internacionais, para que ela possa prestar a assistência e as garantias ou confiança necessárias para o uso da máquina de votação. A Conferência também pode, querendo, exortar para que haja cooperação total entre os congolezes, a MONUSCO e a Brigada de Intervenção no que diz respeito às operações para tornar o país seguro e neutralizar os grupos armados. Finalmente, a Conferência pode, querendo, mostrar a sua compaixão para com o povo congolês face à eclosão de Ébola e apelar aos Estados-membros da UA para que apoiem as pessoas afectadas e solicita ao CPS para seguir permanentemente o assunto.

**47.** A situação na **República Centro-Africana (RCA)** não registou nenhuma evolução muito encorajadora durante o período em análise. Durante os meses de Março, Abril e Maio de 2018, a violência recrudescceu em várias províncias do país, e não só, mas também em Bangui. As forças da MINUSCA intervieram em diversas ocasiões, notavelmente no PK5, para dismantelar as bases dos chamados grupos armados de autodefesa, o que tem resgatado comerciantes. Desde Dezembro de 2017, um grupo armado denominado Frente Popular para a Renascença da República Centro-Africana (FPRC) de Noureddine Adam, tem particularmente conseguido colocar as suas tropas em circulação para se envolver em hostilidades em grande escala ou proferindo ameaças de ataque, factos que o grupo sempre negou.

**48.** Foi neste contexto que o CPS da UA e o Comité Político e de Segurança da União Europeia (EU COPS) empreenderam uma missão conjunta à RCA, em 7 e 8 de Março de 2018, no quadro do reforço da cooperação e de diálogo político entre as duas organizações, já manifestado por uma missão conjunta semelhante realizada no Mali em Fevereiro de 2015. A Missão Conjunta permitiu avaliar o volume particularmente elevado de assistência necessária para a RCA para desenvolver a capacidade de resiliência do país e eliminar o risco de instabilidade.

**49.** A Iniciativa Africana para a Paz e Reconciliação no RCA tem sido o foco principal dos esforços da UA e dos Estados-membros da África Central. O Painel de Facilitação da Iniciativa realizou uma segunda ronda de reuniões, de 19 de Fevereiro a 1 de Abril de 2018, com os grupos armados, as autoridades administrativas locais e os representantes da Sociedade Civil. O Painel reconheceu a necessidade de o governo da república centro-africana acelerar o programa de Desarmamento, Desmobilização e Reconstrução (DDR), do qual vários grupos armados aguardavam, bem como a redistribuição de todas as autoridades municipais, incluindo o seu apoio em material circulante e a reabilitação das instalações administrativas. De 30 de Abril a 4 de Maio de 2018, o Painel organizou, com o apoio da UE, um retiro em Addis Abeba, destinado aos seus membros com vistas a fortalecer as suas capacidades em matéria de facilitação e gestão pacífica de conflitos.

**50.** A missão conjunta empreendida pelo Comissário da UA para a Paz e Segurança, Embaixador Smail Chergui e o Subsecretário-Geral das Nações Unidas para as Operações de Manutenção da Paz, Jean-Pierre Lacroix e a primeira reunião do Grupo Internacional de Apoio à República Centro-Africana (GIS-RCA), realizada em Bangui, em 11 de Abril de 2018, também estão em consonância com os esforços conjuntos da UA e das Nações Unidas, bem como da CEEAC para a implementação da iniciativa africana, em prol da estabilização e reconstrução da RCA.

**51.** A situação na RCA continuava evidentemente frágil, incluindo a situação humanitária. Neste contexto, a Conferência estende todo o seu apoio às autoridades centro-africanas nos seus esforços para restaurar a ordem e a autoridade em todo o país, inclusive na reconstrução geral do país. A Conferência pode, querendo, condenar todos os actos dos grupos armados no país e reiterar o seu apelo aos grupos armados para que definitivamente ponham fim aos ataques, respeitem as autoridades eleitas e

descentralizadas e se unam incondicionalmente ao processo político visando a resolução da actual crise. Deveria apelar aos Estados-membros do Painel, bem como a outros Estados-membros da UA, para que apoiem a implementação da Iniciativa Africana.

**52.** A Conferência também pode, querendo, saudar os esforços dos parceiros internacionais da RCA, incluindo a UE, e incentivá-los a prosseguir os seus esforços, incluindo a duplicação dos seus esforços na abordagem da situação humanitária no país, particularidade daqueles que estão nos campos de Deslocados Internos. Pode igualmente, querendo, enaltecer a acção da MINUSCA, ao mesmo tempo que realça o fortalecimento efectivo da Missão, tal como anunciado em Novembro de 2017. Os Estados-membros na região Centro-Africana podem também ser exortados a darem um esforço adicional à RCA.

**53.** Desde a 30ª Cimeira da União Africana, realizada em Adis Abeba, em 29 e 30 de Janeiro de 2018, a **situação política no Burundi** continua a ser motivo de preocupação para a União Africana, que prosseguiu os seus esforços, em cooperação com a Comunidade da África Oriental, de apoiar as partes burundianas a superar os obstáculos existentes e a retomar o Diálogo após o impasse verificado em Arusha em Dezembro de 2017. Reunidos em Kampala em 23 de Fevereiro de 2018, por ocasião da 19ª Cimeira, os Chefes de Estado e de Governo da Comunidade da África Oriental decidiram continuar os seus esforços para reactivar o processo de Diálogo. Em resposta a este apelo, o Facilitador, o antigo Presidente Benjamin MKAPA, decidiu convocar a quinta ronda de negociações em Entebbe de 24 a 28 de Abril de 2018. No entanto, o Governo do Burundi, em plena preparação do Referendo Constitucional, anunciou que não estaria disponível na data indicada, o que levou o Facilitador a suspender sua iniciativa.

**54.** Ao nível de segurança, deve ser lembrado que em geral a situação permaneceu estável, mesmo quando a oposição continuamente denunciava perseguição, detenções arbitrárias e ameaças aos seus militantes e a qualquer um que defendesse a abstenção ou NÃO no referendo. Na verdade, a campanha foi aberta em 1 de Maio e encerrada em 14 do mesmo mês e o referendo foi realizado em 17 de Maio de 2018. Em geral, a campanha continuou sem grandes incidentes, excepto o ataque perpetrado por pessoas não identificadas, que não pertencia nenhum grupo, na noite de 11 a 12 de Maio, na Colina de RUHAGARIKA, Município de BUGANDA, província de CIBITOKÉ, que segundo o registo oficial deixou 26 mortos e 7 feridos. Durante este período, o governo continuou a libertar prisioneiros políticos, conforme anunciado no ano passado pelo Chefe de Estado. Assim, em 16 de Março, 740 prisioneiros, incluindo 450 "manifestantes" dos eventos de 2015, recuperaram a sua liberdade. Por seu lado, a oposição denunciou o bloqueio da media oficial, perseguição, prisões arbitrárias e ameaças. Dois (2) órgãos de comunicação estrangeiros, a BBC e a Voz da América (VOA), foram suspensos por seis (6) meses por falta de profissionalismo. Além disso, o Memorando de Entendimento sobre o destacamento de peritos militares e em direitos humanos ainda não foi assinado.



**55.** Na sequência do anúncio dos resultados do referendo, o Presidente NKURUNZIZA declarou que não irá se candidatar para as eleições presidenciais de 2020 e irá dar apoio ao próximo Presidente.

**56.** No que diz respeito à situação humanitária e socioeconómica, é de notar que, no início de Abril de 2018, 1.600 refugiados burundianos que deixaram um campo na RDC para o Ruanda foram expatriados para o seu país de origem. É de se notar que Burundi, Tanzânia e ACNUR assinaram um Acordo para retorno voluntário dos refugiados do Burundi. A situação socioeconómica geral do país permaneceu frágil, no quadro das sanções impostas pela União Europeia contra o Governo burundiano.

**57.** A Conferência pode tomar nota da declaração do Presidente Pierre Nkurunziza de não se candidatar para as eleições Presidenciais de 2020 e apelar ao Governo e a todos os actores políticos para trabalhar em conjunto no sentido de promover um diálogo inclusivo e consensual. A Conferência pode solicitar a Comissão da UA para apoiar o Burundi durante esta fase e contribuir, com a Comunidade da África Oriental e o seu Facilitador, S.E. Sr. Benjamin Mkapa, para o sucesso do diálogo inclusivo e o reforço da democracia e observância dos direitos humanos no Burundi. A Conferência pode igualmente congratula S.E. Sr. Yoweri Museveni, Presidente da República do Uganda e Mediador da Comunidade de África. A Conferência pode, querendo, enaltecer a assinatura do Acordo entre Burúndi, Tanzânia e ACNUR, relativo ao retorno dos refugiados burundianos. A Conferência pode também, querendo, apelar para o levantamento de sanções impostas pela União Europeia sobre o Burundi a fim de aliviar o sofrimento socioeconómico do país.

#### **(iv) África Ocidental e a Região do Sahel**

**58.** A situação na **Guiné-Bissau** continuou a ser uma grande preocupação, nomeadamente durante a 30ª Sessão Ordinária realizada de 28 a 29 de Janeiro de 2018, em Adis Abeba. A Conferência apelou às partes interessadas da Guiné-Bissau para implementarem o Roteiro de Bissau 2016 e o Acordo de Conakry, a fim de resolver a crise e assegurar condições para a realização com sucesso e atempada das eleições legislativas de 2018. A Conferência sublinhou também a responsabilidade primária do Presidente da República de criar condições para promover um diálogo inclusivo e genuíno e instou todas as partes interessadas a absterem-se de acções que possam desencadear ainda mais a crise. A Conferência reiterou ainda o seu apoio aos esforços de mediação que estão sendo envidados pela CEDEAO no fortalecimento da estabilidade na Guiné-Bissau.

**59.** Em 29 de Março de 2018, a 760ª reunião do CPS realizada em Addis Abeba reiterou as decisões da Assembleia e salientou que o Acordo de Conakry de 2016 continua a ser o principal quadro para a resolução pacífica da crise política e apelou aos actores da Guiné-Bissau para que honrassem os seus compromissos e implementar o Roteiro de Bissau de 2016 e o Acordo de Conakry. Além disso, o Conselho salientou que as sanções impostas pela CEDEAO devem permanecer em vigor até que o Acordo de Conakry seja plenamente aplicado.

**60.** Durante o período abrangido pelo relatório, os Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) reunidos em 14 de Abril de 2018 em Lomé, Togo, para uma Cimeira Extraordinária salientaram, entre outros aspectos, a necessidade de implementar o Acordo de Conakry. Neste contexto, o Presidente da República José Mário Vaz, informou que as partes chegaram a um consenso sobre alguns aspectos fundamentais do Acordo de Conakry, incluindo a nomeação do Sr. Aristides Gomes como novo Primeiro-Ministro. Eles também concordaram que 18 de Novembro de 2018 seja a data para as eleições legislativas. Subsequentemente, a CEDEAO aprovou o consenso e prorrogou o mandato da Missão da CEDEAO na Guiné-Bissau (ECOMIB) até 30 de Junho de 2018.

**61.** Em 16 de Abril de 2018, na sequência da Cimeira Extraordinária da CEDEAO de 14 de Abril de 2018, realizada em Lomé, Togo, o Presidente da República, José Mário Vaz, demitiu o Primeiro-Ministro, Artur Silva, e substituiu-o pelo Sr. Aristides Gomes. Além disso, em 19 de Abril, o plenário da *Assembleia Nacional Popular* (ANP) elegeu todos os funcionários da *Comissão Nacional de Eleições* (CNE), prorrogou o mandato do legislativo e aprovou o dia 18 de Novembro de 2018 como a data para eleições legislativas. Em 26 de Abril de 2018, o Presidente José Mário Vaz investiu o novo governo, envolvendo todos os partidos políticos.

**62.** A Conferência pode, querendo, enaltecer os líderes da Guiné-Bissau por aderirem ao Acordo de Conakry de 2016, demonstrando compromisso e respeito pela Constituição do país. Pode também, querendo, sublinhar que, embora tenha havido algum progresso, é imperativo que a Guiné-Bissau consolide as conquistas obtidas até agora, agindo em unidade para o bem do país. A Conferência pode ainda, querendo, reafirmar o seu apreço aos esforços envidados pela UA, CEDEAO, CPLP, UE e ONU para resolver a situação da Guiné-Bissau, com vistas a encontrar uma solução duradoura para a crise na Guiné-Bissau.

**63.** A situação no **Mali**, durante o período em análise, foi marcada pelos preparativos para as próximas eleições Presidenciais. No âmbito do Roteiro para a Implementação do Calendário de Acções Prioritárias, assinado em 22 de Março de 2018, as partes signatárias do Acordo concordaram em adiar as eleições Regionais, Locais e Comunitárias. Neste contexto, o governo do Mali adoptou medidas que atenderam às exigências de toda a classe política e, assim, garantindo eleições pacíficas. Estas incluem a adopção de uma nova lei eleitoral e a auditoria do registo eleitoral. Em 27 de Abril de 2018, o Governo convocou formalmente o órgão eleitoral para as eleições Presidenciais a terem lugar no dia 29 de Julho de 2018. Com esta perspectiva, o Presidente da Comissão da UA destacou, de 9 a 18 de Maio de 2018, uma missão de observação pré-eleitoral para o Mali.

**64.** A situação no Mali foi também marcada pela implementação do Acordo para a Paz e Reconciliação no Mali, emanado do processo de Argel. A este respeito, registaram-se progressos, em particular com as partes a assinar um Roteiro para a Implementação do Calendário de Acções Prioritárias, medidas destinadas a

proporcionar às autoridades interinas os meios necessários para o seu funcionamento, a aprovação de uma lei que cria as comunidades de Ménaka e Taoudénit, a tomada de posse do Observador Independente, o estabelecimento da Sede do Mecanismo de Coordenação de Operações (MOC), com Sede em Kidal, a disponibilização de meios logísticos para capacitação do Gao MOC, os esforços em curso para o pré-registo dos combatentes elegíveis para DDR, etc. E igualmente importante fazer referência à construção de confiança entre as partes signatárias, e as recentes visitas do Primeiro-Ministro do Mali a Kidal e outras regiões do Norte são uma ilustração dessa confiança.

**65.** No entanto, ainda existe grandes desafios por serem superados. Estes incluem o Referendo Constitucional, que foi adiado *sine die*, o atraso no início da operacionalização do processo de acantonamento, integração e DDR, a intensificação de ataques terroristas, confrontos intercomunitários entre Fulani e Dogon, bem como entre os Fulani e Daoussaks, a deterioração da segurança no norte e no centro, o que leva à multiplicação das violações dos direitos humanos, etc. É importante salientar que as partes ao Acordo continuam a fazer as suas consultas com vista a gerir as questões pendentes no âmbito do quadro da implementação do Acordo. O Governo está igualmente a prosseguir esforços para restaurar a administração no centro do país para fazer aos confrontos intercomunitários e as acções dos movimentos terroristas.

**66.** No que diz respeito à **Região do Sahel**, a situação foi marcada pela intensificação dos ataques terroristas no norte e centro do Mali, bem como na região fronteira entre Burkina Faso, Mali e Níger, especialmente contra os civis, as forças de defesa e segurança dos países da região e as forças internacionais presentes no Mali, particularmente as da Missão Multidimensional de Estabilização Integrada das Nações Unidas no Mali (MINUSMA) e da Operação Francesa Barkhane, bem como a proliferação de grupos terroristas e outros grupos armados.

**67.** É neste contexto muito específico do Mali e da Região do Sahel que o CPS, na sua 759ª reunião, realizada em 23 de Março de 2018, analisou a situação no Mali e no Sahel e a operacionalização da Força Conjunta do G5 do Sahel. Entre outras coisas, o Conselho decidiu prorrogar o destacamento da Força Conjunta do G5 de Sahel por um período adicional de 12 (doze) meses, a partir de 12 de Abril de 2018, e sublinhou a necessidade imperativa de reforçar as capacidades das Forças de Defesa e Segurança do Mali, tanto em termos de treinamento como em equipamentos.

**68.** Em Março de 2018, a União Africana organizou uma reunião consultiva estratégica sobre o Sahel, com o objectivo principal de avaliar, com todos os seus parceiros, os progressos realizados e preparar um roteiro mais realista para a região do Sahel. Considerando as dificuldades enfrentadas na implementação do referido Acordo no Mali, é importante que a UA e a comunidade internacional apoiem firmemente o processo eleitoral do Mali para a organização de eleições consensuais e pacíficas locais e municipais, regionais e presidenciais. Dada a gravidade e peculiaridade da situação no Mali e na região do Sahel, é necessária uma resposta coordenada a nível regional, continental e internacional.

**69.** Registou-se progresso nos esforços para operacionalizar a **Força Conjunta do G5 do Sahel**. Especificamente, houve avanço significativo no estabelecimento de um Posto de Comando Central da Força, o lançamento efectivo pela Força Conjunta, em Novembro de 2017 e Fevereiro de 2018, de operações transfronteiriças conjuntas entre Burkina Faso, Mali e Níger, e lançamento, em Maio de 2018, de uma operação conjunta pelos contingentes da Força Conjunta do G5 do Sahel, do Burkina Faso e do Níger, com o objectivo de limitar a liberdade de acção de grupos terroristas numa área de aproximadamente 4000 km<sup>2</sup>. Estas operações confirmaram a capacidade operacional da Força Conjunta, embora ainda haja muito a ser feito nessa área.

**70.** No entanto, deve-se salientar que a Força Conjunta está a levar muito para se tornar totalmente operacional, particularmente devido à falta de financiamento sustentável, de equipamento e apoio logístico e também ao atraso no desembolso dos fundos prometidos pela comunidade internacional, particularmente pela Conferência Internacional de Alto Nível sobre o Sahel, realizada em 23 de Fevereiro de 2018, em Bruxelas. Os Estados Membros da Força Conjunta do G5 estão actualmente dependentes dos seus próprios recursos para realizar operações contra os grupos terroristas.

**71.** Neste Contexto, a Conferência pode, querendo, enaltecer os progressos feitos na mobilização e afectação de pessoal na operacionalização da Força Conjunta do G5 do Sahel. A conferência pode, querendo, saudar os compromissos assumidos pelos diferentes parceiros durante a Conferência de Bruxelas e exortá-los a honrar os mesmos; e reiterar o seu apelo à comunidade internacional, em particular ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, para que tome decisões adequadas, a fim de assegurar um financiamento sustentável e previsível para a Força Conjunta. A Conferência pode, igualmente; sublinhar o compromisso da UA de ajudar a articular uma resposta ao nível regional, coordenada no âmbito do Processo de Nouakchott bem como outras CER sobre o Reforço da Cooperação em matéria de Segurança na região Sahelo-Saariana e, ainda, reiterar a necessidade de uma abordagem holística para fazer face aos desafios de segurança, governação e desenvolvimento que a região enfrenta.

### **Força Multinacional Conjunta (MNJTF) Contra o Grupo Terrorista Boko Haram**

**72.** O grupo terrorista Boko Haram continua a representar uma grave ameaça à segurança regional na Bacia do Lago Chade. Impulsionada pelo Extremismo Violento (VE), tem continuado a realizar ataques com recurso a Engenhos Explosivos Improvisados (IED) Carregados por Humanos e Veículos contra as forças de segurança e civis nos países da região, nomeadamente Camarões, Chade, Níger e Nigéria. As actividades do Boko Haram não só levaram ao deslocamento de mais de 2,3 milhões de pessoas, mas também levaram mais de 20 milhões de pessoas nas áreas afectadas à necessidade aguda de assistência humanitária. A **Força Multinacional Conjunta (MNJTF)** está actualmente a levar a cabo a operação AMNI FAKAT visando libertar as ilhas do grupo terrorista no Lago Chade, apesar das suas limitações em relação aos recursos anfíbios e meios de recolha de inteligência aérea.

Além das operações militares, a MNJTF está realizar operações com objectivo de conquistar os corações e mentes da população susceptível ao recrutamento do Boko Haram e encorajar os militantes do Boko Haram a se renderem. De facto, as operações da MNJTF resultaram na degradação das capacidades do Boko Haram e impediram a sua liberdade de circulação, redução da frequência de ataques, resgate de mais de 21.000 civis raptados, incluindo as raparigas da Escola Dapchi que foram raptados no nordeste da Nigéria. A evolução dos acontecimentos, particularmente a rápida salvação das alunas sublinha o aumento da capacidade operativa das forças de segurança nigerianas, bem como aumento da confiança da população afectada sobre a capacidade da MNJTF em geral para garantir em situações de conflito. Por seu lado, a UA continua a apoiar as operações da MNJTF com equipamento operacional adicional, finanças e recursos humanos. Os Parceiros da UA, em particular, a União Europeia (UE), o Reino Unido (UK) e a Turquia prestam apoio financeiro e logístico à MNJTF. A UA também está prestar apoio à Comissão da Bacia do Lago Chade (LCBC) na formulação da Estratégia de Estabilização e Recuperação Regional Abrangente para as áreas afectadas pelo Boko Haram.

**73.** A Conferência pode, querendo, reiterar os seus elogios aos esforços empreendidos pelos países da Bacia do Lago Chade, nomeadamente Camarões, Chade, Níger, Nigéria e Benin no combate contra o grupo terrorista Boko Haram através do MNJTF. A Conferência também pode, querendo, saudar os Parceiros da UA pelas suas contribuições no combate contra o grupo terrorista. A Conferência pode, querendo, apelar a esforços adicionais no sentido de mobilizar apoio adicional para a MNJTF, a fim de preencher as suas lacunas de capacidade, em particular, no que diz respeito a Equipamentos Anfíbios e Equipamentos de Detecção de Explosivos Improvisados (CEDIs), bem como recursos para Projectos de Impacto Rápido. A Conferência pode também, querendo, enaltecer os Parceiros da UA pelas suas contribuições na luta contra o grupo terrorista. A Conferência pode invocar os esforços dos países da Bacia do Lago Chade para repovoar os escassos recursos. Neste sentido, a Conferência pode, querendo, felicitar a Conferência Internacional sobre a Albufeira do Lago Chade, que teve lugar em Março de 2018 em Abuja, Nigéria e apela à comunidade internacional para apoiar o processo de recuperação no lago Chade.

#### **(v) África do Norte**

**74.** A 30ª Sessão Ordinária da Conferência da União, realizada em Addis Abeba, em Janeiro de 2018, expressou a sua profunda preocupação com o persistente impasse político e a situação de segurança na **Líbia** e seu impacto negativo sobre o povo líbio, as instituições do país e a segurança e estabilidade nos países vizinhos. A Conferência sublinhou ainda a importância de renovar e reforçar a cooperação entre a União Africana, os países vizinhos e as Nações Unidas na resolução da crise da Líbia, com vista a alcançar um amplo consenso sobre os objectivos a atingir.

**75.** É dentro deste contexto que a UA continua a interagir com as partes interessadas líbias, e com o Quarteto (a União Africana, as Nações Unidas, a União Europeia e a Liga dos Estados Árabes) bem como com os países vizinhos. Para este

fim, o Comité de Alto Nível da UA sobre a Líbia reuniu-se a nível ministerial, em 17 de Abril de 2018, e concordou em intensificar a cooperação com as Nações Unidas com vista a alcançar um consenso mais amplo sobre as acções a serem tomadas e garantir uma coordenação efectiva entre as duas organizações em apoio aos esforços visando encontrar uma solução para a crise no país. Para ultrapassar as diferenças entre os actores líbios, o Comité também apelou para a convocação de uma Conferência de Reconciliação Nacional Líbia sob auspícios da União Africana e das Nações Unidas.

**76.** De um modo geral, durante o período em análise, não houve melhorias significativas na evolução política no país. Os comités de diálogo formados pela Câmara dos Representantes e pelo Conselho Superior dos Estados, em Setembro de 2017, não registaram nenhum progresso na facilitação de acordos das partes líbias no que diz respeito às emendas ao Acordo Político da Líbia (LPA), assinado em Skirat, Marrocos em 15 de Dezembro de 2015. Por seu lado, a ONU iniciou o seu envolvimento na planificação e preparação do processo para a realização de eleições parlamentares e presidenciais antes do fim de 2018. Para o efeito, é importante destacar o comunicado conjunto emitido por Fayez al-Sarraj, Presidente do Conselho Presidencial da Líbia e Primeiro Ministro do Governo do Acordo Nacional; Ageela Saleh, Presidente da Câmara dos Deputados; Khaled Mishri, Chefe do Alto Conselho de Estado, e o General Khalifa Haftar, Comandante do Exército Nacional da Líbia, no encerramento da Conferência de Paris, França, realizada em 29 de Maio de 2018. As quatro personalidades líbias concordaram sobre a realização das eleições presidenciais e parlamentares em 10 de Dezembro de 2018.

**77.** Embora o nível de violência tenha diminuído, especialmente em Trípoli, a situação geral de segurança no país continua frágil, como foi demonstrado pelo bombardeio da sede da Comissão Eleitoral em 2 de Maio de 2018. A situação da segurança em Sabha, no sul da Líbia também continua a ser uma grande preocupação, com maior proliferação de grupos armados e de actos criminosos. No domínio da situação humanitária em todo o país não há registo de melhorias. Além da difícil situação dos migrantes africanos nos campos sob controlo de milícias armadas, o destino de os refugiados e dos DI continua a ser uma grande preocupação como resposta das agências humanitárias ainda está a quem das expectativas. A situação humanitária e de segurança são também agravadas pelo fluxo contínuo, ilegal e desregulado de armas e munições no país, violando as resoluções relevantes do Conselho de Segurança da ONU.

**78.** Neste contexto, a Conferência pode, querendo, tomar nota dos esforços empreendidos a nível regional, continental e internacional para alterar a situação na Líbia, com o objectivo de promover a reconciliação nacional e para concluir a transição em curso naquele país. Pode, querendo, saudar a organização de reuniões sobre a Líbia pelos países vizinhos, o Quarteto, as Nações Unidas (ONU) e outros parceiros. Ela pode também, querendo, aprovar as conclusões da Reunião a nível Ministerial, realizada em Adis Abeba, em 17 de Abril de 2018 e saudar a realização, sob os auspícios das Nações Unidas, da Conferência Internacional sobre a Líbia, em 29 de Maio de 2018 em Paris. A este respeito, a Conferência pode, querendo, tomar nota do

compromisso dos dirigentes líbios de implementar as conclusões da Conferência Internacional sobre a Líbia, incluindo o cumprimento dos prazos para o estabelecimento de uma base constitucional, a adopção de leis eleitorais, a organização de eleições legislativas e presidenciais, bem como uma conferência política aberta para todos. A Conferência pode também, querendo, apelar para a organização de um Fórum Nacional Inclusivo de Reconciliação Inter-Líbio sob os auspícios das Nações Unidas e da União Africano no mês de Agosto de 2018, a fim de criar condições favoráveis para a organização de eleições credíveis e pacíficas. Para este fim, poderia convidar as Nações Unidas e a União Africana a continuar a sua estreita coordenação sobre a questão e mobilizar o apoio necessário para a realização deste Fórum. Finalmente, a Conferência pode expressar, querendo, mais uma vez, o seu apreço a Sua Excelência Denis Sassou Nguesso, Presidente da República do Congo e Presidente da Comissão da UA de Alto Nível sobre a Líbia, pelos esforços contínuos com vista a um retorno a uma paz definitiva na Líbia.

**(vi) Saara Ocidental**

**79.** O CPS recorda a decisão Assembly/AU/Dec.653(XXIX, tomada na Vigésima Nona Sessão Ordinária da União, realizada de 3 a 4 de Julho de 2017, em adis Abeba, a Conferência exortou o Presidente da Comissão da UA para, em consultas com o CPS UA, tomar medidas adequadas (incluindo a possível revitalização do Comité dos Chefes de Estado decidido em 1078) para apoiar os esforços da ONU e encorajara as partes, ambos hoje Estados-membros da UA, a cooperar de boa-fé para garantir o sucesso do novo processo e solicitou igualmente que apresente relatório à Conferência sobre as medidas e iniciativas tomadas e parceria com a ONU. O CPS também recorda a Assembly/AU/Dec.677(XXX) tomada de Trigesima Sessão Ordinária da Conferência da União realizada de 28 a 29 de Janeiro de 2018 em Adis Abeba.

**80.** Durante o período em análise, O Enviado Especial do Secretário-Geral da ONU, Presidente Horst Kohler, continuou o seu diálogo e consultas com as duas partes e com os países vizinhos. De acordo com o relatório do Secretário-Geral da ONU s/2018/277 de 29 de Março de 2018, o enviado Especial reuniu-se em 25 e 26 de Janeiro com o Secretário-Geral da Frente Polisário, em Berlim. As consultas abordaram com profundidade as dimensões políticas, socioeconómicas e humanitárias do conflito e a situação prevalecente nos dois lados da margem. O Enviado pessoal reuniu-se com o Ministro dos Negócios Estrangeiros e cooperação Internacional de Marrocos em Lisboa. Ele reuniu-se também com os Ministros dos Negócios Estrangeiros e Cooperação da Mauritânia e da Argélia em Berlim. Consequentemente, o Conselho de Segurança da ONU adoptou a Resolução 2414 (2018), que renovou o mandato do MUNURSO por apenas seis meses, até 31 de Outubro de 2018, reconheceu que o *status quo* não é aceitável, e que o progresso nas negociações é essencial a fim de melhorar a qualidade de vida do povo do Saara Ocidental e todos os seus aspectos. A este respeito, o conselho apelou a ambas as partes para reatarem as negociações sem pré-condições e de boa-fé, com vista a alcançar uma solução política justa, duradoura e mutuamente aceitável, que prevê a autodeterminação do povo do Saara ocidental dentro do contexto dos arranjos consistentes com os princípios e propósitos da Carta

das Nações Unidas, e ao mesmo tempo observando o papel e as responsabilidades das partes a este respeito.

**81.** Ao executar o mandato que lhe foi conferido pelos Chefes de Estado e de Governo durante a 29ª Sessão Ordinária da Conferência da União, realizada em 3 e 4 de Julho de 2017, o Presidente da Comissão procedeu a consultas com os dois Estados-membros, com os países vizinhos, bem como com outros países africanos, na busca de uma resolução do conflito em conformidade com o direito internacional. A este respeito, o Presidente da Comissão visitou o Reino do Marrocos de 5 a 6 de Junho, onde realizou consultas com o Rei e o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação do Marrocos. Posteriormente visitou a República Árabe Democrática Saaraui (RASD) nos dias 19 e 20 de Junho e tendo-se reunido com o Presidente e o Ministro das Relações Exteriores da RASD. Visitou também Argel de 11 a 12 de Março de 2018 e reuniu-se com o Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros da Argélia, e finalmente visitou Nouakchott em 27 de Março de 2018, onde se encontrou com o Presidente da Mauritânia. O Presidente da Comissão apresentará um relatório sobre as suas visitas e consultas à Conferência no dia 1 de Julho de 2018 em Nouakchott, onde se reuniu com o Presidente da Mauritânia.

**82.** O Presidente da CUA apresentará um relatório sobre as suas consultas à Conferência em 1 de Julho de 2018 em Nouakchott.

## **B. QUESTÕES TEMÁTICAS NO ÂMBITO DA IMPLEMENTAÇÃO DA ARQUITECTURA AFRICANA DE PAZ E SEGURANÇA**

### **a) Desenvolvimento da ASF e harmonização da ACIRC**

**83.** A 30ª Sessão Ordinária da Conferência, realizada em 28 e 29 de Janeiro de 2018, em Adis Abeba, Etiópia, aprovou o Relatório sobre a Verificação, Confirmação e Validação das Capacidades prometidas da Força Africana em Estado de Alerta (ASF). O Relatório forneceu detalhes sobre o estado de prontidão das Forças Regionais em Estado de Alerta, de acordo com a decisão da Conferência Assembly/AU/Dec.589 (XXVI) de Janeiro de 2016, e confirmou que a ASF está pronta para ser desdobrada mediante a ordem do CPS ou da Conferência. Neste contexto, a Assembleia/UA/Dec. 679 (XXX), tal como adoptada pela 30ª Sessão Ordinária da Conferência, apela a todas as partes interessadas para que apoiem a materialização da operacionalização plena da ASF e e que harmonizem as actividades da ACIRC com a Quadro da ASF e reforcem a cooperação com todas as coligações ad-hoc, nomeadamente, MNJTF, Força Conjunta do Grupo dos Cinco Sahel e RCI-LRA. A este respeito, a Conferência instou ao CPS para continuar a mandar e mobilizar a ASF para as Operações de Apoio à Paz da UA, incluindo o uso de coligações *ad hoc*, em conformidade com o Acto Constitutivo da UA.

**84.** Em conformidade com a decisão Assembly/AU/Dec. 679 (XXX), a Comissão informou o CPS, durante a sua 767ª reunião realizada em 25 de Abril de 2018, em Adis Abeba, Etiópia, sobre as medidas adoptadas para aumentar a prontidão operacional da



ASF e notou os recentes desdobramentos de operações regionais de apoio à paz, seguido o mesmo tipo dos da ASF, pela SADC no Lesoto e pela CEDEAO na Gâmbia. A Comissão notou ainda que estes desdobramentos destacam a necessidade de: processos de tomada de decisão política e de atribuição de mandatos harmonizados e coerentes entre os órgãos deliberativos do CPS e das REC/MR; mais clareza sobre as modalidades de implementação entre estas duas partes, incluindo a consulta e envolvimento adequado das CER/MR na tomada de decisões sobre paz e segurança.

**85.** A Comissão planeia convocar os órgãos políticos e técnicos das CER/MR para rever o projecto o Quadro Jurídico do MdE entre a UA e as CER/MR sobre o destacamento e emprego da ASF. O Projecto do Quadro Jurídico será posteriormente submetido ao CPS para apreciação. A comissão também concluiu as consultas abrangendo toda a Comissão sobre o âmbito e conteúdo da nova Doutrina das Operações de Apoio à Paz e Conceito da ASF.

**86.** A Comissão tomou medidas para mobilizar, desenvolver e estabelecer a capacidade de destacar e empregar a ASF, usando Transporte Estratégico. O conceito de transporte estratégico e o seu plano de implementação foram revistos a fim de permitir que responda aos requisitos da ASF em harmonia com o Plano de Trabalho Quinquenal de Maputo (2016-2020). A Comissão continua a operacionalizar e fortalecer os Centros de Coordenação de Circulação Continental (CMCC) e criar Centros Regionais de Coordenação da Circulação em consulta e coordenação com as CER/MR. Durante o período coberto pelo relatório, a Comissão visitou e manteve consultas com EASF, NARC E ECUAS e ECCAS para avaliar as capacidades de transporte que estas CER têm e podem mobilizar para destacar as suas forças para apoiar outras CEER a destacar a ASF. A Comissão está também a manter consultas com os nossos parceiros para procurar opções disponíveis fora do continente. A Comissão tem agenda de visitar e manter consultas com a SADC em Julho.

**87.** No que diz respeito à harmonização das actividades da ACIRC (Capacidade Africana de Resposta Imediata a Crises) com o quadro da ASF, as actividades da ACIRC foram incorporadas no Plano de Trabalho Quinquenal revisto de Maputo e sincronizadas com a ASF de uma forma mais integrada e mais sistemática. Quanto ao reforço da cooperação entre a ASF e as coligações *ad hoc*, nomeadamente a MNJTF, a Força Conjunta do G5 do Sahel, a Comissão continuou a prestar apoio estratégico e técnico a estas Operações de Apoio à Paz em curso.

**88.** Prevê-se que ACIRC participe nas actividades da ASF, incluindo exercícios de treinamento e disponibilizando as suas bases logísticas para serem usadas pela ASF. A Comissão planeia igualmente lançar as fases de elaboração e de consulta do processo de desenvolvimento da Doutrina das Operações de Apoio à Paz da União Africana e do Conceito da Força Africana em Estado de Alerta, do qual a os conceitos do ACIRC fará parte. A Comissão continuará a progredir no reforço do seu Quadro de Cumprimento do Direito Humanitário Internacional, Direitos Humanos e de conduta e disciplina, submetendo as respectivas políticas ao próximo CTE-DPS para aprovação.

**89.** À luz do acima exposto, a Conferência pode, querendo, instruir que, em harmonia com a implementação da decisão Assembly/AU/Dec.679 (XXX) e do comunicado PSC/PR/COMM. (DCCLXVII), os informes trimestrais das REC/MR sejam apresentados ao CPS sobre situações de conflito nas suas respectivas regiões, em conformidade com os Artigos 12o e 16o do Protocolo Relativo à Criação do CPS da UA, para assegurar o acordo estratégico e político conjunto das UA-CER/MR, a tomada de decisões e o envolvimento em assuntos chave; a realização de intercâmbios regulares entre o CPS e os órgãos relevantes das REC/MR, sobre o fortalecimento da ASF e sua capacidade de rápido desdobramento e implementação de outras iniciativas conjuntas; actualizações trimestrais da Comissão, dos Países Voluntários da ACIRC e de todas as coligações *ad hoc*, nomeadamente a MNJTF, Força Conjunta do Grupo dos Cinco Sahel e RCI-LRA, à harmonização das suas actividades e reforço da cooperação em apoio da realização da plena operacionalização da ASF, em conformidade com a decisão Assembly/AU/Dec.679 (XXX), com vista a assegurar uma compreensão comum do actual estado da operacionalização da ASF e a sua Capacidade de Rápido Desdobramento, em conformidade com a decisão Assembly/AU/Dec.679(XXX).. A Conferência pode, querendo, solicitar a Comissão a trabalhar com as CER/RM para acelerar a finalização do Projecto do Quadro Jurídico da ASF e de todos os outros documentos políticos necessários, que facilitarão o processo de tomada de decisões e o mandato das UA-CER/RM as Operações da ASF e as Operações de UA de apoio à Paz no continente.

**b) Revitalização do Fundo para a Paz**

**90.** De facto, deve-se observar que o redobramento dos esforços da UA no sentido de resolver de forma decisiva os desafios da paz e segurança manifesta-se pelo empenho renovado visando revitalizar o Fundo da UA para a Paz, como o componente principal da APSA. A Cimeira da UA de Janeiro de 2018 adoptou o instrumento do Fundo para a Paz com base na estrutura de governação e de gestão aprovada pelo Conselho de Paz e Segurança, pelo Conselho Executivo e pela Conferência da UA em 2017. Após a adopção do Instrumento, está em curso a criação das estruturas de governação e de gestão do Fundo para a Paz, incluindo o estabelecimento do Conselho de Administração que irá supervisionar a operacionalização das estruturas de governação e de administração do Fundo.

**91.** A situação actual das contribuições financeiras dos Estados-membros para o Fundo para a Paz é de 45,5 milhões de dólares, o que representa o nível mais alto de contribuições dos Estados-membros desde a sua criação em 1993. É de salientar que 28 Estados-membros da UA fizeram contribuições para o Fundo para a Paz em 2017, antes da criação das estruturas acordadas de governação e de gestão. Este é um sinal evidente do crescente nível de vontade política e compromisso de implementar a Decisão de Kigali sobre o Fundo para a Paz. A meta é ter a dotação total de 400 milhões de dólares para o Fundo da Paz de até 2021. Espera-se que a unidade do Fundo da Paz permita que a UA cumpra a decisão de 2015 da Conferência da UA de financiar 25% do seu orçamento das operações de apoio à paz, bem como outras principais actividades operacionais de paz e segurança.

**92.** Além disso, o Alto Representante do Presidente da Comissão para o Financiamento da União e do Fundo para a Paz, Dr. Donald Kaberuka, continuou com os seus esforços para mobilizar ainda mais apoio e recursos com vista a alcançar o financiamento previsível e sustentável da UA necessário para as operações de apoio à paz mandatadas e autorizadas pela UA e para o fundo para a paz. Foi neste contexto que o Alto Representante realizou uma missão, de 4 a 8 de Junho de 2018, para fazer consultas com altos funcionários da União Europeia, França e o Reino Unido. Obviamente, e em última análise, continua a ser um objectivo estratégico da África e da UA, como a principal organização continental, garantir o acesso às contribuições fixas da ONU para apoiar os esforços de paz em África.

**c) Melhoria da Parceria entre a UA e as Comunidades Económicas Regionais (CER)/Mecanismos Regionais (MR), para Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos**

**93.** Durante o período em análise, foram tomadas medidas no seguimento da implementação do Memorando de Entendimento (MdE) sobre Cooperação no domínio da Paz e Segurança, assinado entre a UA e as CER/MR em Adis Abeba, em 28 de Janeiro de 2008. A UA e as CER / MR também estão a implementar o Roteiro da Arquitectura Africana de Segurança e Paz (APSA) (2016-2020) adoptado em 2015, com vista a melhorar a sua coordenação e promover as sinergias das suas acções no domínio da paz e segurança. Os Escritórios de Ligação das CER/MR junto da UA asseguram a participação contínua em nome das suas respectivas CER/MR nas actividades da UA. Com base na iniciativa do Presidente da Comissão, estão a ser envidados esforços para racionalizar os Escritórios de Ligação da UA através da criação de Gabinetes Regionais, com vista a aumentar a visibilidade da UA no terreno onde os cidadãos africanos se encontram, economizando, ao mesmo tempo, o uso de recursos financeiros e humanos.

**94.** Na altura da finalização deste relatório, os planos de convocar uma reunião de Altos Funcionários da UA e das CER/MR já estavam num estado muito avançado, para, entre outros aspectos, rever o estado da implementação do Memorando de Entendimento de 2008 entre a UA-CER/RM e possíveis alterações, e discutir o financiamento da APSA para além de Dezembro de 2018, altura em que o III Programa de Apoio da APSA da União Europeia (UE) chegará ao fim.

**95.** Por seu lado, e em implementação dos seus métodos de trabalho e reforço da parceria com as CER/MR, o Conselho de Paz e Segurança tem convidado as CER/MR para participar nas suas reuniões, cujas questões sejam do seu interesse. Isto está de acordo com as decisões adoptadas nos anteriores Retiros do CPS e, em particular, o Retiro do CPS com as REC/RM realizado em Abuja, Nigéria, nas reuniões de 14 a 16 de Setembro de 2015, que apelou a um papel mais forte para as REC/RM nas contribuições ao processo de tomada de decisão do CPS. Além disso, nas suas diversas reuniões, o CPS tem consistentemente encorajado as CER/MR para reforçar os esforços para a prevenção e resolução de conflitos nas suas respectivas regiões.

**96.** Para além da questão de eleições nacionais nos Estados-membros, a Comissão, através do Departamento de Assuntos Políticos, colaborou com as CER/MR numa série de iniciativas destinadas a prevenção, gestão e resolução de conflitos. Importa fazer referência a duas destas iniciativas relativas a livre circulação de pessoas. Depois da adopção do Protocolo sobre a Livre Circulação, a Comissão e as CER/MR iniciaram o trabalho da sua disseminação que resultou na sua assinatura por trinta e três (33) Estados-membros e ratificação por um (1) Estado-membro até ao presente momento. A Comissão e as CER/MR estão agora a trabalhar com os Chefes de Migração dos Estados-membros para financiar as orientações gerais sobre o desenho, produção e emissão dos passaportes africanos.

**97.** No que diz respeito à prestação da assistência humanitária, a Comissão e as CER/MR estão a implementar a Posição Comum Africana sobre Assistência Humanitária, em particular a criação de uma Agência Africana de Assistência Humanitária (AHA). O CPS, na sua 762ª reunião realizada em 9 de Abril de 2018, saudou a criação da Agência Africana de Assistência Humanitária, como uma nova arquitectura humanitária de África, e como base para uma acção humanitária apropriada e eficaz no continente. O CPS realçou que esta Agência deve entrar em funcionamento até Janeiro de 2019, ao mesmo tempo que sublinhava que a sua operacionalização deve ocorrer no âmbito do quadro geral dos processos da reforma da UA.

#### **d) Prevenção e combate ao terrorismo e extremismo violento**

**98.** Centro Africano de Estudos e Pesquisas sobre Terrorismo (ACSRT) continua a realizar treinamentos para desenvolver e fortalecer as capacidades nacionais com vista a combater o terrorismo e o extremismo violento. Em colaboração com o Centro Internacional de Treinamento para a Paz Kofi Annan (KAIPTC), ACSRT desenvolveu um curso de treinamento com duração de 10 dias sobre a Abordagem da Segurança Humana para a prevenção e combate ao terrorismo e extremismo violento. O ACSRT também presta assistência a Namíbia, Botswana, República Democrática do Congo e Côte d'Ivoire no desenvolvimento de estratégias nacionais de prevenção e combate ao terrorismo e extremismo violento e respectivos planos de acção. Além disso, o Centro presta apoio à Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) e à Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (ICGLR) no desenvolvimento de suas estratégias regionais.

**99.** A Comissão, em parceria com a República Democrática e Popular da Argélia, na sua qualidade de Líder no Combate ao Terrorismo e Extremismo Violento em África, realizou em Argel, de 9 a 10 de Abril de 2018, uma Reunião de Alto Nível sobre o Combate ao Financiamento a Terroristas. África. A reunião realizou-se em cumprimento do Comunicado PSC/AHG/COMM (CDLV) adoptado pelo Conselho de Paz e Segurança na sua 455ª reunião realizada a nível de Chefes de Estado e de Governo em Nairobi, Quênia, em 2 de Setembro de 2014. A reunião, que juntou altos funcionários dos Estados-membros da UA, entidades relevantes da UA, instituições

com o mandato de combate ao terrorismo e fluxos financeiros ilícitos e as Nações Unidas, fez recomendações a serem implementadas a nível nacional, continental e internacional, visando fortalecer os quadros técnicos, institucionais e políticos no combate ao financiamento do terrorismo.

**100.** Por seu lado, o Secretariado do Mecanismo da União Africana para a Cooperação Policial (AFRIPOL) está a criar Grupos de Peritos em criminalidade cibernética, prevenção e combate ao terrorismo e crime organizado transnacional, com o mandato de dar orientação técnica e política ao Secretariado e outras entidades relevantes da UA, incluindo sobre a melhor forma de trabalhar com o sector privado. O AFRIPOL está a trabalhar com os Estados-membros da região do Norte da África para estabelecer a Organização Regional de Cooperação Policial do Norte da África como um mecanismo regional cujo objectivo é fortalecer e facilitar a cooperação policial entre os países da região.

**101.** Além disso, o AFRIPOL iniciou o processo de instalação do Sistema de Comunicação da Polícia Africana (AFSECOM) em todos os Estados-membros com vista a permitir a partilha segura e oportuna de informações e dados sobre criminosos e suas organizações. Além disso, e a fim de combater eficazmente todas as formas de crime organizado transnacional, a AFRIPOL está a celebrar memorandos de entendimento e acordos de cooperação com organizações de cooperação policial ao nível mundial.

**e) Questões políticas de Reconstrução e Desenvolvimento Pós-Conflito (RDPC)**

**102.** Durante o período em análise, a Comissão da UA concluiu, em Fevereiro de 2018, um Quadro Quinquenal Baseado em Resultados sobre o RDPC, para servir como uma ferramenta adicional para a monitorização e avaliação dos esforços da UA no âmbito de RDPC. A este respeito, a Comissão realizou várias actividades relacionadas com o Reconstrução e Pós-conflito em determinados países e regiões do continente. Na Somália, a Comissão da UA realizou uma avaliação dos Projectos de Impacto Rápido (QIPs) que eram implementados pela Missão da União Africana na Somália (AMISOM) em 2017. Os projectos incidiam no fornecimento de água limpa e segura ao Departamento de Doentes em Tratamento ambulatório d comunidade dentro do Base de Acampamento da AMISOM; fornecimento de necessidades hospitalares para o do Caterpillar Centro Comunitário de Saúde Ayuub em Mogadíscio; e recuperação de equipamento do Posto de Polícia em Kismayo. Estes projectos desempenham um papel importante na demonstração da Solidariedade da UA para a população civil, gerando apoio local para a AMISOM e aumentando a credibilidade da Missão através de contribuições práticas no terreno.

**103.** Em apoio à transição democrática em curso na **Gâmbia**, a Comissão realizou uma missão de pré-destacamento a Banjul em Fevereiro de 2018, para finalizar os Termos de Referência da Equipa de Apoio Técnico da UA à Gâmbia (AU TSTG). A Comissão deverá destacar dez (10) membros do TSTG da UA, em Julho de 2018,

composto por seis Oficiais Militares Superiores, um Jurista Sênior em Estado de Direito e três Especialistas em Direitos Humanos em Banjul para apoiar a Reforma do Sector de Segurança e a Justiça de transição da Gâmbia.

**104.** Em Junho de 2018, a Comissão da UA apoiou a Comissão da **Bacia do Lago Chade (LCBC)** e os seus países membros a finalizar e validar a estratégia de Estabilização Regional, Recuperação e Resiliência para as áreas afectadas pelas actividades do Boko Haram. Disponibilizou financiamento à Força Multinacional Conjunta (MNJTF) para implementar os Programas de Impacto Rápido para a construção de blocos de salas de aulas e de administração em Mora, Baga Sola e Diffa; fornecimento de água limpa e segura em Sola Baga e Diffa; e construção de uma maternidade em Diffa.

**105.** A **Libéria** continua a consolidar a paz e democracia depois da transferência do poder de um governo democraticamente eleito para outro em 22 de Janeiro de 2018. O mandato da Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL) terminou em 30 de Março de 2018, com a partida do pessoal da UNMIL. E equipa Nacional da ONU (UNCT), chefiada por um Coordenador Residente, S.E. Uacoub El Hillo, assumiu o apoio da ONU para actividades de desenvolvimento no país. Neste sentido, é necessário que os Estados-membros da UA e a comunidade internacional em geral prestem o seu apoio para as actividades de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito na Libéria.

**106.** A Conferência pode, querendo, recomendar o aumento do financiamento dos Projectos de Impacto Rápido na Somália, uma vez que eles provavelmente assumirão maior importância na geração de dividendos da paz e no desenvolvimento da confiança local. A Conferência pode também, querendo, reafirmar o seu apoio às reformas em curso na Gâmbia. A Conferência pode ainda, querendo, enaltecer os esforços do comité da Bacia do Lago Chade (LCBC) para estabilizar as áreas afectadas pelo Boko Haam e apelar aos Estados-membros da UA, bem como aos parceiros internacionais, para estenderem a assistência financeira e técnica necessária para apoiar a implementação da Estratégia. A Conferência poderá ainda solicitar aos Estados-membros e às CER/RM que aumentem o financiamento em apoio aos esforços da RDPC da UA para estabilizar países emergentes de conflitos ou de transições difíceis.

#### **f) Esforços para a Prevenção de Conflitos**

**107.** No âmbito da nova ênfase da Comissão na prevenção de conflitos e no alerta prévio, foram tomadas várias medidas e iniciativas neste contexto, destinadas a prevenir eclosão, a escalada e o reinício de conflitos no continente.

**108.** O Sistema Continental de Aviso Prévio (CEWS) continuou a fornecer informações oportunas sobre potenciais ameaças à paz e segurança no continente, através da produção de relatórios de alerta prévio e de Informes de Exploração digital do Horizonte regulares (Horizon Scanning Briefings), bem como a realização de Pequenos-Almoços Informativos pelo Comissário para a Paz e Segurança aos

Estados-membros do CPS. Duas reuniões de pequeno-almoço entre o Comissário e os membros do CPS também foram realizadas durante o período de referência.

**109.** Registaram-se progressos na implementação do Quadro Continental de Prevenção de Conflitos Estruturais (CSCPF) da Comissão, como parte dos esforços para apoiar os Estados Membros no seu empenho para manter a paz e construir nações resilientes e prósperas. A Comissão continuou a prestar apoio e assistência técnica à República do Gana, na condução das Avaliações de Vulnerabilidade Estrutural e Resiliência do País (CSVRA), que culminarão no desenvolvimento de Estratégias Concretas de Mitigação de Vulnerabilidade Estrutural (CSVMS) de médio a longo prazo. O CEWS também continuou a melhorar a capacidade técnica dos Estados-membros para a prevenção de conflitos, através do estabelecimento e fortalecimento de sistemas nacionais de alerta prévio, inclusive na República do Gana, na Namíbia e na República do Uganda. De 10 a 11 de Maio de 2018U, reunião com as OSC dos países do da África Oriental e do Corno de África foi realizada, com o objectivo de facilitar a participação efectiva e sistemática das OSC no alerta prévio e na prevenção de conflitos e aproveitar as suas contribuições na área de paz e segurança. Além disso, o Sistema Continental de Alerta Prévio (CEWS, em colaboração com o Departamento de Assuntos Políticos (DPA), CER, OSC e outras partes interessadas, iniciou um projecto de situação eleitoral, o que facilita o monitoramento efectivo dos desenvolvimentos eleitorais nos Estados-membros, com o objectivo de mitigar riscos de violência relacionada com eleições. de 11 a 12 de Maio de 2018 teve lugar em Bamako, Mali, um seminário piloto visando identificar pontos críticos e desenvolver indicadores eleitorais específicos. Os indicadores seriam monitorados e analisados regularmente para servir de fundamento de tomada de decisões sobre opções estratégicas de resposta, sempre que necessário.

#### **g) Mecanismos Regionais de Coordenação da Segurança**

**110.** Deve recordar-se que na sua 455ª reunião sobre Terrorismo e Extremismo Violento realizada em Nairobi, no Quênia, a 2 de Setembro de 2014, a nível dos Chefes de Estado e de Governo, o Conselho de Paz e Segurança (CPS) encorajou o estabelecimento, onde for necessário, de processos flexíveis e orientados para a acção, para partilha de informação e cooperação de segurança em nível regional. Nesse contexto, a Comissão tem vindo a trabalhar com os Chefes dos Serviços de Informação e Segurança (HISS) das regiões Sahel-Sahara e Corno de África e África Oriental através dos Processos de Nouakchott e de Djibouti, respectivamente, a fim de facilitar a partilha de informação de inteligência.

**111.** Durante o período abrangido pelo relatório, a Comissão organizou em Entebbe, Uganda, em 23 de Maio de 2018, a 5ª reunião dos Chefes de Serviços de Informações e Segurança (HISS) do Processo de Djibuti para o Reforço da Cooperação em Matéria de Segurança entre os países do África Oriental e do Corno de África, bem como para o lançamento da Unidade de Ligação e Fusão - África Oriental (UE-FLU). A reunião facilitou a partilha de informações de inteligência e a cooperação institucionalizada através do estabelecimento da UE-FLU.

## **h) Estratégias Regionais de Paz e Segurança**

**112.** A Comissão continuou a envidar os seus esforços para desenvolver uma abordagem abrangente e integrada de paz e segurança em África, e proporcionar um quadro estratégico para as acções da UA nas várias regiões. Neste contexto, nos dias 28 e 29 de Março de 2018, a Comissão convocou uma reunião consultiva estratégica sobre a região Sahelo-Saariana, em Nouakchott, na Mauritânia, num esforço para rever as estratégias existentes, avaliar a sua implementação e chegar a um acordo sobre uma estratégia global e integrada para a região.

### **i) Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) e Reforma do Sector Segurança (RSS)**

**113.** Na Somália, a UA afectou dois peritos em Reforma do Sector Segurança (RSS) em princípios de 2018 para prestar assistência em matéria de transição de imposição da paz para a estabilização. A Comissão planeia também afectar um assessor na área da RSS no Mali para reforçar a capacidade do MISAHEL no apoio à implementação da disposição relevante do Acordo de Argel. No Lesoto, a UA está a preparar componentes da Reforma do Sector Segurança e outros aspectos de apoio da UA a pedido da SADC.

**114.** A Comissão fez submissões Mapeamento Global das Abordagens Multilaterais da RSS, liderado pelas Nações Unidas, realizado em 14 de Março de 2018, em Bruxelas, e participou na Mesa-Redonda de Alto Nível sobre a Reforma do Sector Segurança e Paz Sustentável, realizada em 23 de Abril de 2018 em Nova Iorque. A Comissão participou igualmente no Workshop de Profissionais de SSR das Agencias da ONU, realizado de 13 a 14 de Junho de 2018 em Nova Iorque. Os Representantes Permanentes da UA participaram várias vezes em questões de Reforma do Sector Segurança com as Nações Unidas e a Equipa Consultiva do Sector de Segurança Internacional (ISSAT) em Nova Iorque e em Genebra, respectivamente, durante este período.

**115.** Na prossecução dos esforços para desenvolver uma Estratégia Regional de Estabilização, Recuperação e Resiliência para a Bacia do Lago Chade (LCB), a Comissão, em colaboração com o Comité da Bacia do Lago Chade e as Nações Unidas, convocou o seminário sobre triagem, acusação, reabilitação e reintegração de pessoas associadas ao Boko Haram, de 10 a 13 de Abril de 2018 em N'Djamena. O objectivo do seminário foi de identificar os procedimentos e práticas actuais entre Estados no tratamento de pessoas associadas ao Boko Haram e identificar medidas para agilizar práticas e assegurar a observância dos quadros e normas regionais e internacionais sobre DDR e direitos humanos e de uma maneira que contribua para encorajar deserções e estabilizar a região.

**116.** Na Somália, a Comissão iniciou consultas com o Programa de Reabilitação de Desertores (PRD) para identificar o âmbito do apoio a prestar no estabelecimento de uma base de dados e de sistema de gestão da informação para combatentes



desmobilizados, a fim de assegurar o registo adequado da informação nos centros de recepção, processamento e avaliação.

**j) Controlo de proliferação, circulação e tráficos ilícitos de armas de pequeno porte e ligeiras**

**117.** Durante o período em análise, foi prestado apoio ao Malawi no contexto da Iniciativa da UA de Gestão Segura de Munições. Neste contexto, realizou-se em Lilongwe no dia 19 de Março de 2018, um workshop de lançamento e consulta às partes interessadas, juntando funcionários de nível médio e superior das Forças de Defesa e Serviços da Polícia do Malawi. O workshop proporcionou uma plataforma para sensibilizar os participantes sobre as obrigações nacionais de acordo com os quadros regionais e internacionais, bem como para identificar e discutir os progressos, lacunas e desafios nacionais. Posteriormente, foram realizadas missões de avaliação técnica de 20 a 23 de Março de 2018 a várias áreas de armazenamento de munições em todo o país para determinar as condições das instalações de armazenamento e das munições, o nível de capacidades humanas disponíveis e as práticas de contabilidade e de supervisão aplicadas. O objectivo é fazer recomendações de mitigação de riscos e sugestões de aperfeiçoamento de protecção e segurança de longo prazo, bem como ajudar a garantir os recursos necessários para atender às necessidades identificadas.

**118.** Na prossecução dos esforços para desenvolver uma política para a gestão de armas e munições recuperadas nas Operações de Apoio à Paz, realizou-se uma reunião de peritos em 19 de Abril de 2018 em Adis Abeba, juntando Adidos de Defesa dos Estados-membros da UA e países contribuintes de tropas (TCCs), operações da UA de apoio à paz, organizações sub-regionais e internacionais, e especialistas em outros assuntos para discutir o âmbito e o conteúdo da política proposta. A reunião revisou o esboço proposto do projecto de política e discutiu as medidas para assegurar a aplicabilidade e a viabilidade da política, com o objectivo de alcançar padrões aceitáveis para lidar com os desafios em questão.

**119.** Em preparação para a 3a Conferência de Revisão do Plano de Acção das Nações Unidas para Prevenir, Combater e Erradicar o Tráfico Ilícito de Armas de Pequeno Porte e Ligeiras em Todos os Aspectos (NU-PdA), prevista para meados de Junho de 2018, a Comissão tomou parte nas reuniões preparatórias regionais convocadas pelas Nações Unidas de 10 a 13 de Abril de 2018 em Lomé. A reunião proporcionou uma oportunidade para destacar as sinergias entre o PdA, os instrumentos regionais e o Roteiro Principal da UA, bem como encorajar a participação firme e baseada em princípios dos Estados-membros da UA na conferência.

**k) Desarmamento e Não-Proliferação de Armas de Destruição Maciça**

**120.** Os acontecimentos relativos ao desarmamento e não-proliferação de armas nucleares e a capacidade da comunidade internacional para lidar com a matéria dentro do quadro da ordem multilateral global têm causado uma grave preocupação. O CPS, na sua 763ª reunião realizada a 10 de Abril de 2018, realçou que estes acontecimentos

têm consequência de amplo alcance e ameaçam a estabilidade regional e as relações de amizade entre as nações. O CPS sublinhou também que o lento passo de desarmamento nuclear e a subida de tensões entre os estados detentores de armas nucleares ameaçam a confiança no que concerne a não-proliferação de armas nucleares (NPT) e diminui cada vez mais as perspectivas de aumentar a redução de arsenais nucleares. Neste contexto, o CPS sublinhou a necessidade de implementação da resolução 1540 (2004) do CSNU que procura evitar a proliferação de armas de destruição em massa e de material relacionado aos actores não estatais, e apresentar relatórios atempadamente sobre os seus esforços de acordo com as disposições da resolução.

#### **l) Tratado de Pelindaba**

**121.** A 4ª Sessão Ordinária da Conferência dos Estados Partes ao Tratado sobre a Zona Africana Livre de Armas Nucleares (Tratado de Pelindaba) realizou-se de 14 a 15 de Março de 2018 em Adis Abeba. A sessão analisou o relatório da Comissão Africana de Energia Nuclear (AFCONE) que compreende o período de 2014-2017, reviu e aprovou o seu regulamento interno e várias decisões para fazer face aos actuais desafios administrativos e financeiros que impedem a plena operacionalização do seu Secretariado. A sessão adoptou ainda o programa de trabalho e orçamento proposto para o período de 2018-2020.

#### **m) Actividades do Painel dos Sábios**

**122.** Durante o período em análise, o 4º Painel dos Sábios da UA foi inaugurado em Outubro de 2017 e nomeou S.E. Hifikepunye Pohamba, antigo Presidente da República da Namíbia, como seu Presidente. Em conformidade com o Artigo 11º do Protocolo do CPS, assim como as Modalidades para o Funcionamento do Painel dos Sábios, este Painel realizou a sua 18ª reunião estatutária em Windhoek, Namíbia, em Março de 2018, sob a presidência de S.E. Hifikepunye Pohamba. Na reunião, os novos Membros do Painel dos Sábios analisaram a possibilidade de alargar as suas missões de diplomacia preventiva para além dos países que se preparam para as eleições, tendo como objectivo apoiar os esforços da UA na implementação das suas iniciativas de Prevenção de Conflitos Estruturais, incluindo o Quadro Continental de Prevenção de Conflitos Estruturais (CSCPF), Programa de Fronteiras da UA (AUBP), bem como a disseminação dos instrumentos jurídicos e normativos da UA relacionados com a prevenção de conflitos. Além disso, os Membros do Painel concordaram em uma série de países para destacamento e receberam um informe sobre a situação das duas reflexões temáticas que estão a ser desenvolvidas actualmente: conflitos relacionados com recursos naturais e migração ilegal e forçada de África.

**123.** Além disso, os membros do Painel dos Sábios dedicaram esforços consideráveis à operacionalização da FemWise-Africa (Rede de Mulheres Africanas na Prevenção de Conflitos e Mediação), em cumprimento das decisões da reunião do CPS de 13 de Março de 2017, e subsequentemente aprovadas pela Conferência em Julho de 2017. Neste contexto, e sob a orientação dos Co-Presidentes do FemWise, o Painel

interagiu com outras estruturas internacionais idênticas e finalizou documentos chave para o funcionamento da Rede. Em Maio de 2018, a FemWise iniciou o processo de acreditação de novos membros com o lançamento de um procedimento de filiação aberta on-line. Subsequentemente, em 29 de Maio de 2018, a FemWise realizou sua 2ª Reunião do Comité Director, que, entre outras coisas, concordou em aprovar os novos membros da rede e sobre as realizações operacionais. Como parte da implementação das iniciativas da FemWise, o Departamento organizou, nos dias 18 e 19 de Junho, um evento de capacitação de dois dias para os novos membros da FemWise, sob o título “Treinamento Introductório em Diplomacia Preventiva e Mediação”.

#### **n) Programa das Fronteiras da União Africana (AUBP)**

**124.** O Programa das Fronteiras da União Africana continuou a prestar apoio a um número crescente de Estados-membros na delimitação e demarcação das suas fronteiras interestatais, como parte dos esforços da Comissão para prevenção de conflitos estruturais. O programa continua servir de plataforma para a resolução negociada de litígios fronteiriços e para a promoção da integração regional e continental, através da cooperação transfronteiriça. Durante o período abrangido pelo relatório, o Programa das Fronteiras da União Africana prestou assistência técnica no estabelecimento do Comité Conjunto de Cooperação Transfronteiriça, a nível distrital, entre o Malawi e a Tanzânia. Foi igualmente prestada aos Estados ribeirinhos do Lago Tanganica, a fim de delimitar o lago; ao Níger e Chade para revitalizar a sua Comissão Conjunta de Fronteiras; aos esforços de demarcação das fronteiras de Moçambique e Zimbabwe, e Namíbia e Zâmbia. Além disso, o Programa das Fronteiras da União Africana prestou assistência técnica na marcação dos corredores de passagem na Zona de Fronteira Desmilitarizada Segura entre o Sudão do Sul e o Sudão. Num esforço para promover o programa emblemático da UA de silenciar as armas até 2020, o empoderamento das mulheres e a livre circulação de pessoas nas zonas fronteiriças, a Comissão celebrou o Dia Africano das Fronteiras em 7 de Junho de 2018 na zona fronteiriço entre Ruanda e República Democrática do Congo.

**125.** Além disso, foram envidados esforços para mobilizar a ratificação da Convenção da UA sobre Cooperação Transfronteiriça.

#### **o) Situação Humanitária**

**126.** Ciente da importância crucial da situação de humanitária dos refugiados e deslocados internos em África, o Conselho de Paz e Segurança da União Africana (UA) dedicou a sua 775ª reunião, realizada em 22 de Maio de 2018 em sessão aberta subordinada ao tema: “Princípios para a Protecção de Civis em Zonas de Conflito em África”.

**127.** O Conselho realçou a necessidade de protecção de todos os civis e dos seus bens contra ataques e consequências directas das operações militares bem como dos campos de refugiados e de deslocados internos e as facilidades de os civis manterem a sua natureza civil para que não sejam desviados dos seus objectivos pelas partes ao

conflito. O conselho sublinhou que todas as Operações de Apoio à Paz, incluindo as coligações sub-regionais autorizadas pelo CPS devem observar os princípios da UA para a Protecção de Civis e garantir a sua maior observância do Direito Humanitário Internacional, direitos humanos, Código de Conduta e Disciplina. O Conselho encorajou os Estados-membros a disseminar, Enquadrar juridicamente e internalizar todos os instrumentos da UA existentes relativos à Protecção de Civis em Situações de Conflito e assegurar que sejam considerados como parte integral de treinamento de todas as Forças de Defesa e Segurança a fim de preparar a participação nas futuras Operações da UA de Apoio à Paz.

**a) Conduzir o Estudo Abrangente sobre a Implementação da APSA a Partir de 2002 Até ao Presente e a Situação da Reforma do CPS**

**128.** Deve-se recordar que durante a sua revisão da situação de paz e segurança em África em 2016 e 2027, o CPS expressou a necessidade de se realizar um estudo abrangente sobre a Implementação da Arquitectura Africana de Paz e Segurança. Desde 2002 até o momento presente (2018) a fim de integrar uma avaliação da implementação da Arquitectura Africana de Governação, desde 2012 até o presente momento. Na sua revisão, o CPS ficou bastante preocupado com a persistência de alguns conflitos e crises antigos, a eclosão de novos em algumas partes do continente, bem como o surgimento de ameaças à paz e segurança, particularmente o terrorismo, extremismo, crimes marítimos e alterações climáticas, dentre outras. Portanto, este estudo pretende oferecer propostas principais sobre como reforçar mais a implementação da APSA e AGA, e ao mesmo tempo fortalecer a eficácia das suas instituições dentro da visão para pôr termo a conflitos/crises em África.

**129.** Além disso, e onde a posição assumida pelo CPS era mais reforçada, a Conferência da União, na sua 28<sup>a</sup> reunião realizada em Janeiro de 2017, em Adis Abeba, Etiópia, adoptou a decisão a Assembly/AU/Dec.635(XXVIII), na qual decidiu que *“o conselho de Paz e Segurança (CPS) deve ser reformado a fim de garantir a realização das ambições previstas no seu Protocolo, reforçando os seus métodos de trabalho e o seu papel na prevenção de conflitos e gestão de crises”*. Na altura da conclusão do presente relatório, o referido estudo já estava na sua fase final. Planeia-se realizar um Retiro do CPS para deliberar sobre os resultados do Estudo.

#### **IV. CONCLUSÃO**

**130.** O período em análise testemunhou esforços incansáveis no uso das potencialidade oferecidas pela Arquitectura Africana de Paz e Segurança (APSA) e Arquitectura Africana de Governação (AGA) para prevenir conflitos/crises, bem como solucionar os existentes. O CPS, em colaboração com as CER/MR, com o apoio da comissão, tem continuado a consolidar os ganhos conquistados na expansão e alargamento das fronteiras de paz, segurança e estabilidade, incluindo o reforço dos esforços de Reconstrução e Desenvolvimento Pós-Conflito no continente. Entretanto, estes esforços de paz não são isentos desafios. As actividades terroristas, aliadas ao

extremismo violento, crime organizado transnacional e todo o tipo de tráfico, continuaram a grassar partes do continente. Os efeitos das alterações climáticas também trouxeram sofrimento para algumas partes do continente. Entretanto, e de uma forma distinta, o continente continua determinado a superar estes desafios e ganhar as metas fixadas na Agenda 2063 da UA, particularmente, o imperativo de construir uma África isenta de conflitos, com condições necessárias para um processo constante de transformação socioeconómica.

**131.** Neste contexto, é uma necessidade fundamental que, dada a interdependência entre si, as questões de segurança e de desenvolvimento socioeconómico em África deve ser praticamente prosseguido concomitantemente com vista a promover a sustentabilidade e durabilidade. Este requisito baseia-se do facto de que a visão final na APSA e na AGA é a realização simultânea de uma paz duradoura; segurança do estado; segurança e bem-estar de todo o cidadão africano; bem como protecção em todo o ambiente físico geral. Além disso, enquanto a migração dentro do continente africano contribui significativamente para o desenvolvimento sustentável, contudo, a migração espontânea e ilegal coloca alguns desafios para os Estados, com mais destaque para o seu impacto directo na segurança e estabilidade nacionais e internacionais, incluindo questões ligadas a fronteiras. Neste sentido, existe necessidade de manter uma posição comum africana sobre migração e desenvolvimento e aderir a negociações intergovernamentais que levem à adopção de um pacto global para migração segura, ordeira e regulamentada.

**132.** Finalmente, o reforço do papel do CPS no continente não pode ser alcançado em que o desenvolvimento socioeconómico inclusivo coloque o cidadão africano no centro da Agenda Pan-Africana, conforme articulado pelos fundadores da Organização da Unidade Africana, agora sucedida pela União Africana, que adoptou a Agenda 2063.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

---

Organs

Assembly Collection

---

2018-07-02

# Report of the Peace and Security Council on its Activities and the State of Peace and Security in Africa

African Union

DCMP

---

<https://archives.au.int/handle/123456789/9009>

*Downloaded from African Union Common Repository*